



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 15/12/2020 a 16/12/2020



Índice**Blog do FM | RN**

FECOMÉRCIO RN / SESC

Sesc RN apresenta projeto nacional Identidades Brasilis

Notícias - 15/12/2020

5

G1 | RN**Primeira hidrelétrica do RN é ativada na barragem Armando Ribeiro Gonçalves**

Notícias - 15/12/2020

6

G1 | RN**Prefeitura oferece desconto de 16% para contribuinte que pagar antecipadamente IPTU 2021 em Natal**

Notícias - 15/12/2020

7

NoMinuto | RN**Como escolher a escola do seu filho?**

Notícias - 15/12/2020

8

O Mossoroense | RN**Azul volta a operar em Mossoró em março de 2021**

Notícias - 15/12/2020

10

Tribuna do Norte | RN**Câmara aprova aval para empréstimos aos Estados**

Notícias - 16/12/2020

12

Tribuna do Norte | RN**Com inflação, governo prevê mínimo em R\$ 1.088**

Notícias - 16/12/2020

13

Tribuna do Norte | RN**Preço de acesso à UPNG sai este mês**

Notícias - 16/12/2020

14

Tribuna do Norte | RN**Maxxi Atacado abre amanhã a primeira loja em Natal**

Notícias - 16/12/2020

15

Tribuna do Norte | RN**Vacina chegará cinco dias após registro da Anvisa**

Notícias - 16/12/2020

16

Tribuna do Norte | RN**Natal perde 56% da água distribuída**

Notícias - 16/12/2020

17

O Globo | DF**Regras mais brandas para Estados**

Notícias - 16/12/2020

18

O Globo | DF**Campos Neto: vacina é mais barata que auxílio**

Noticias - 16/12/2020	19
Folha de São Paulo SP Queiroz pagava minhas contas e está sendo injustiçado, afirma Bolsonaro Noticias - 16/12/2020	20
Folha de São Paulo DF Governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021 Noticias - 16/12/2020	21
Folha de São Paulo DF Ministério de Economia eleva previsão de rombo em 2021 para R\$ 247 bi Noticias - 16/12/2020	22
Folha de São Paulo SP Países ricos reservam 51% das vacinas, mas têm 14% da população Noticias - 16/12/2020	23

RELATÓRIO

No clipping de hoje damos destaque, inicialmente, ao projeto de renegociação das dívidas dos Estados que amplia a possibilidade de crédito com aval do Tesouro Nacional. O assunto é tratado em matéria do jornal Tribuna do Norte, na página 12 do clipping, e no jornal O Globo, na página 18 do clipping. Segundo o texto do jornal O Globo, a aprovação do projeto traz regras mais brandas com prazo de Regime de Recuperação Fiscal aumentado para dez anos.

Outro destaque no Tribuna do Norte é a previsão de aumento do salário mínimo em 2021, na página 13 do clipping. O governo estima que o valor ficará em R\$ 1088 ano que vem, o que representa aumento de R\$ 21 ante à projeção inicial de R\$ 1067 que constava na proposta do Orçamento enviada em agosto. A Tribuna também noticia a inauguração da primeira loja em Natal do Maxxi Atacado, que acontecerá nesta quinta-feira (17). Esta matéria está na página 15 do clipping.

Sobre a vacinação contra a covid-19, a Tribuna do Norte destaca, na página 16 do clipping, que o Ministério da Saúde informou ao Supremo Tribunal Federal que o plano prevê distribuição de imunizantes aos Estados em até cinco dias após ter aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Já o jornal Folha de São Paulo relata que países ricos reservam 51% das vacinas, mas têm 14% da população, ignorando a orientação da OMS que preconiza igualdade mundial no acesso à imunizantes. O texto também traz como as vacinas da covid-19 têm sido distribuídas no mundo. Esta matéria está na página 23 do clipping. No jornal O Globo, na página 19 do clipping, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, diz que investimento em imunizantes pesa menos nas contas públicas do que estender benefícios. Segundo ele, a recuperação em V está perdendo impulso.

O jornal Folha de São Paulo traz que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que Fabrício Queiroz, seu amigo e ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia do Rio, pagava suas contas e está sendo injustiçado na investigação que aponta o ex-policia militar como operador de esquema de “rachadinha”. Saiba mais na página 20 do clipping.

O Ministério da Economia eleva previsão de rombo em 2021 para R\$ 247 bi, é o que relata a matéria da Folha na página 22 do clipping. Na semana passada, a equipe de Guedes trabalhava com perspectiva de déficit do governo de R\$ 230 bi. Esse valor era semelhante ao patamar de R\$ 233 bilhões estimado na apresentação da proposta de orçamento de 2021, no fim de agosto. Também da Folha, na página 21 do clipping, matéria relata que o governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021.

Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** RN
Título: Sesc RN apresenta projeto nacional Identidades Brasilis **Impacto:** Positivo
Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/sesc-rn-apresenta-projeto-nacional-identidades-brasilis>

Cultura

Sesc RN apresenta projeto nacional Identidades Brasilis

15 de dezembro de 2020 às 18:18 • Comentar

INICIATIVA DO
DEPARTAMENTO
NACIONAL DO
SESC ACONTECE
EM TODO O
BRASIL E
ESTARÁ
DISPONÍVEL
PELO YOUTUBE,
DENTRO DE
PROJETO
POTIGUAR DE
INCENTIVO À
CULTURA
FOTO:
DIVULGAÇÃO

A promoção e visibilidade da expressão artística-cultural dos povos indígena e negro estarão em debate no projeto Identidade Brasilis, promovido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em todo o Brasil. No Rio Grande do Norte, o evento acontece entre os dias 17 e 19 de dezembro, dentro da programação virtual da Aldeia Sesc Seridó, desenvolvida pela entidade do Sistema Fecomércio RN.

O objetivo central está na valorização das produções artísticas, pesquisas e questões ligadas ao tema, chegando à sociedade de maneira proporcional e democrática, criando conexões e inspiração a partir dos conteúdos que serão apresentados. A ideia tem como referência as políticas públicas nacionais, como o Artigo 215 da Constituição Federal, a lei nº 11.645/2008 que trata de questões relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, entre outras.

Na quinta-feira (17), as atrações começam com o teatro de “Maleme: Valei-me Tony Silva”, seguida pelo diálogo “Por uma educação antirracista: Identidade e desconstrução”. Na sexta-feira (18), a programação segue com o podcast, “Uma conversa sobre troncos e raízes com Graciliano Soares e Meyriane Costa- Aldeia Catu”, depois com a música da “Apresentação pluriartística e introdução histórica”, de Frank Lemos, encerrando com outra rodada de diálogo tratando dos “Territórios indígenas: os caminhos entre os saberes ancestrais para uma educação decolonial”.

No sábado (19), último dia do Identidades Brasilis começa com a oficina “Por uma pedagogia decolonial e pluriversal”, com Ana Paula Campos, em que o interessado deve enviar e-mail (cultura@rn.sesc.com.br) para efetuar inscrição. Logo em seguida começará o diálogo “Encruzilhando saberes: representatividade e ancestralidade”, e o encerramento com “Africanidades do Povo Potyguar Nação Zambêracatu”.

A programação completa você encontra em nosso site (sescrn.com.br) com os horários e participantes do projeto. Com apoio do Departamento Nacional, o tema se destina a todos os públicos por meio da internet, integrando a Aldeia Sesc Seridó que acontece desde o início do mês em plataformas digitais do regional norte-rio-grandense.

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** RN

Título: Primeira hidrelétrica do RN é ativada na barragem Armando Ribeiro Gonçalves **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/15/primeira-hidreletrica-do-rn-e-ativada-na-barragem-armando-ribeiro-goncalves.ghtml>

Primeira hidrelétrica do RN é ativada na barragem Armando Ribeiro Gonçalves

Obra realizada por meio de parceria público-privada tem capacidade de produzir 4,7 megawatts de energia. Investimento foi de R\$ 15 milhões.

Por G1 RN

15/12/2020 13h03 - Atualizado 2020-12-15T16:25:09.795Z

1 de 2Pequena central de produção de energia elétrica começou a operar na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no RN. — Foto: Daniel Herrera/Sedec-RN

Pequena central de produção de energia elétrica começou a operar na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no RN. — Foto: Daniel Herrera/Sedec-RN

A primeira central geradora de energia elétrica instalada no Rio Grande do Norte foi ativada nesta segunda-feira (14) na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório de água do estado, localizada na região Oeste. Ela já começou a enviar energia para o sistema elétrico nacional.

O equipamento de "pequeno porte", quando comparado às usinas hidrelétricas. A capacidade instalada é de 4,7 megawatts de energia - o suficiente para abastecer cerca de 5 mil casas. Para se ter uma ideia, a Belo Monte, maior hidrelétrica do Brasil, **tem capacidade de 11.233,1 MW.**

O projeto é uma parceria público-privada entre o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Denocs) e a empresa Pequena Central Hidrelétrica - PCH Armando Ribeiro. A obra teve investimentos de cerca de R\$ 15 milhões e levou pouco mais de um ano para ser concluída.

Segundo o Denocs, o contrato de concessão de direito de uso é de 35 anos e a União vai receber 4% do faturamento. A empresa também tem uma concessão semelhante no reservatório Castanhão, no Ceará.

De acordo com o engenheiro Rafael Mendonça de Souza, do Denocs, a hidrelétrica vai aproveitar a força da água liberada da barragem diariamente para o Rio Piranhas Açu para produzir a energia, podendo produzir com a vazão de 1 metro cúbico a 17 metros cúbicos por segundo.

2 de 2Hidrelétrica montada na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no RN — Foto: Daniel Herrera/Sedec-RN

Hidrelétrica montada na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no RN — Foto: Daniel Herrera/Sedec-RN

"Ela vai aproveitar a água que sai do rio para ser usada na agricultura, na pecuária, na avicultura. Não é uma água a mais que vai sair do reservatório, mas a mesma água que é destinada para esses usos. Inicialmente, houve uma preocupação de algumas pessoas na região, mas explicamos que não haverá impacto", explicou.

O Rio Piranhas-Açu era um rio intermitente, que secava em períodos de chuva, mas que se tornou perene por causa da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que tem capacidade de armazenar até 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, nos períodos de chuva.

A fase de testes começou há cerca de duas semanas. Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RN (Sedec), foram à central durante a ativação de 25% da capacidade da usina, nesta segunda-feira (14).

A central foi ligada a uma subestação da Companhia de Energia do Rio Grande do Norte (Cosern) em Itajá e a energia passou a entrar no sistema nacional elétrico.

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** RN

Título: Prefeitura oferece desconto de 16% para contribuinte que pagar antecipadamente IPTU 2021 em Natal **Impacto:** Neutro

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/15/prefeitura-oferece-desconto-de-16percent-para-contribuinte-que-pagar-antecipadamente-iptu-2021-em-natal.ghtml>

Prefeitura oferece desconto de 16% para contribuinte que pagar antecipadamente IPTU 2021 em Natal

Redução é válida para aqueles que estão em dia com o fisco municipal. Pagamento pode ser feito até 11 de janeiro em cota única.

Por G1 RN

15/12/2020 16h47 - Atualizado 2020-12-15T19:47:48.972Z

1 de 1 IPTU pode ser parcelado em Natal — Foto: Canindé Soares

IPTU pode ser parcelado em Natal — Foto: Canindé Soares

A prefeitura de Natal está oferecendo desconto de 16% para moradores que optarem por antecipar o pagamento do IPTU 2021 até o próximo dia 11 de janeiro. A norma foi publicada em decreto na segunda-feira (14) no Diário Oficial do Município (DOM).

Terão essa opção os moradores que estão em dia com o Fisco Municipal. Essa antecipação pode ser feita pelo site da **Prefeitura do Natal**.

Caso o contribuinte tenha alguma pendência em relação aos impostos municipais, ele tem até o dia 8 de janeiro para regularizar a situação.

"O cidadão pode parcelar o valor ou pagar de forma integral que, imediatamente, ele passa a fazer jus ao direito de pagar antecipado o IPTU 2021 com desconto de 16%", explicou o secretário municipal de Tributação Ludenilson Lopes.

Segundo a Secretaria Municipal de Tributação (Semut), existem cerca de 118 mil imóveis na capital potiguar com direito de pleitear o desconto de 16% para o pagamento antecipado.

A prefeitura informou que em 2021, por conta da pandemia, optou também por imprimir os carnês do IPTU, inclusive com o boleto referente ao pagamento antecipado. Nos anos anteriores, o acesso ao boleto era apenas via internet.

"Este ano, os Correios estão fazendo a impressão do documento e eles mesmos irão distribuir. Até o momento, metade já está impresso e todos serão entregues em tempo hábil", disse o secretário.

De acordo com ele, a estimativa é de que todos os 118 mil carnês dessa primeira fase sejam entregues até o fim de dezembro.

Outras formas de pagamento

Se não optar pelo pagamento antecipado, o morador pode pagar à vista no vencimento, sem acréscimo e sem desconto. Neste caso, são duas datas: 20 de fevereiro para as zonas Sul e Leste, e 20 de março para as zonas Norte e Oeste.

Essas datas também marcam o início do pagamento parcelado do carnê - em 10 vezes -, cujos boletos também fazem parte do documento.

Para quem não tem direito ao pagamento antecipado, o carnê será entregue no início de janeiro, sem a opção do desconto de 16%.

Por conta das dificuldades da pandemia, um decreto anterior do Executivo permitiu o parcelamento das dívidas de 2020. Isso também permite, aos que parcelarem, a possibilidade de retirada de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

Já os contribuintes com Débito Direto Autorizado (DDA) receberão o aviso na própria conta e, caso queiram, podem realizar os pagamentos por lá mesmo, ganhando em agilidade. Mas, para isso, o imóvel precisa estar cadastrado, na Prefeitura de Natal, com o mesmo CPF do titular da conta bancária.

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Como escolher a escola do seu filho? **Impacto:** Neutro
Link: <https://nominuto.com/noticias/educacao/como-escolher-a-escola-do-seu-filho/21074>

5

Como escolher a escola do seu filho?

Com a chegada do fim de ano, muitas famílias entram na fase da busca por escola para seus filhos; confira orientações de como fazer essa escolha.

Da redação, 15 de dezembro de 2020

Compartilhar 0

Tweetar

Divulgação



Com o contexto da pandemia ainda em curso, as escolas estão investindo no aprimoramento de metodologias, como o ensino híbrido.

Escolher ou mudar de escola são processos que exigem dedicação e paciência, afinal, será o lugar de desenvolvimento do seu filho ao longo de vários anos. O que deseja para a educação dele? Qual o material ofertado e quais são os diferenciais que procura na escola? E em relação à mensalidade e à mobilidade, quais os limites? Esses são alguns dos vários questionamentos que são levantados neste processo.

O primeiro passo é fazer uma lista. É essencial que se tenha em mente quais as características que você deseja que estejam presentes na formação do futuro do seu filho. Sabe as perguntas que fizemos inicialmente? É hora de idealizar e responder elas nesta lista.

Agora vamos às pesquisas pela internet. Busque escolas de interesse, navegue pelo site da instituição e os perfis nas redes sociais. Nesta busca já é possível avaliar alguns critérios da lista e eliminar algumas possibilidades. A escola é transparente em relação ao tipo de ensino ofertado e mostra o dia a dia dos estudantes? Esta é uma boa pergunta a ser analisada.

Existem mais alguns pontos que precisam ser analisados antes de tomar a decisão, como a sintonia entre a escola e a família, linha de ensino seguida pela escola, referências sobre a instituição, adaptação à tendências futuras e projetos e, um dos pontos muito importante hoje em dia, o trabalho socioemocional na vida dos estudantes.



Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Como escolher a escola do seu filho? **Impacto:** Neutro

Link: <https://nominuto.com/noticias/educacao/como-escolher-a-escola-do-seu-filho/21074>

5

A vice-diretora do Colégio Nossa Senhora das Neves, em Natal, Adalgiza Pereira, explica que a decisão da escolha da escola não é apenas do pais, mas também dos filhos que irão para a instituição. "Para cada ideal de família, existe um modelo de escola, e a gente escolhe as escolas para nossos filhos de acordo com os princípios que regem a nossa estrutura familiar", complementa.

Com o contexto da pandemia ainda em curso, as escolas estão investindo no aprimoramento de metodologias que atendam às necessidades e direitos de aprendizagem com ênfase no ensino híbrido. Ao mesmo tempo, precisam estar atentas aos direcionamentos curriculares previstos na agenda do Ministério da Educação, como o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já iniciado por muitas instituições, além do Novo Ensino Médio.

O Colégio das Neves proporciona há 88 anos uma educação completa, oferecendo tradição, inovação, competência espiritual e protagonismo do estudante. Com Berçário, que recebe bebês a partir de 4 meses, Tempo Integral, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, o foco do Neves é a formação integral do aluno, preparando-o para a vida pessoal, acadêmica e profissional, por meio de uma equipe pedagógica e de um corpo docente capacitados, além de uma infraestrutura de ponta.



Os aspectos pedagógicos têm sido o foco das ações estratégicas na instituição, para que se possa resgatar aprendizagens, redimensionar os impactos da pandemia na vida escolar dos estudantes e oferecer oportunidades de aprendizagem de formas diversificadas e inovadoras vislumbradas pelas novas tendências educacionais. "Isso tudo sem perder de vista os valores e os pilares da educação segundo o carisma de suas fundadoras, as Filhas do Amor Divino, cujo lema incide na formação de sujeitos comprometidos com o uso responsável do conhecimento em favor da vida", afirma Adalgiza.

A escola conta com um programa bilíngue que acontece através da parceria com a renomada International School, oferecendo uma proposta inovadora que permite ao aluno aprender inglês de forma contextualizada, dinâmica e interdisciplinar, por meio de metodologias ativas e recursos tecnológicos diversos.

A Robótica Educacional, com a Robô Ciência, também faz parte da grade levando para o cotidiano dos estudantes o avanço científico e tecnológico que acontece a todo instante. Para o Ensino Fundamental e Médio, o Neves segue com a parceria da Plataforma SAS, uma das mais importantes do país, que oferece um material didático com conteúdo atualizado.

Além disso, também trabalha o Socioemocional através da Escola da Inteligência, que dissemina a importância da valorização do emocional e de comportamentos éticos. E por fim, oferece apoio pedagógico para formação contínua dos profissionais de educação e acompanhamento psicológico para os estudantes e a família.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Azul volta a operar em Mossoró em março de 2021 **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.omossoroense.com.br/azul-volta-a-operar-em-mossoro-em-marco-de-2021>

Azul volta a operar em Mossoró em março de 2021

Voos terão como destino o Recife, de onde os Clientes da cidade potiguar poderão se conectar para todas as capitais do Nordeste e Sudeste, além de cidades importantes do Norte e Centro-Oeste

On 15 de dezembro de 2020



Diante da retomada do turismo em todo o país, a Azul amplia ainda mais sua malha doméstica e anuncia o retorno de sua operação em Mossoró, no Rio Grande do Norte, a partir de 01º de março de 2021. Os voos, que seguirão os protocolos de higiene e segurança adotados pela companhia desde o início da pandemia, começam a ser comercializados nos canais oficiais da empresa a partir do próximo sábado, 19 de dezembro.

Partindo de Mossoró, o Cliente voará a bordo de aviões modelo ATR 72-600, com capacidade para 70 Clientes, com destino ao Recife, principal hub da Azul no Nordeste, de onde poderá se conectar a destinos como Belém, Teresina, Manaus, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

“Estamos passando por essa retomada gradual e responsável com a reabertura de nossas bases em todo o Brasil. Com Mossoró, ampliamos a oferta de voos no Rio Grande do Norte, para oferecer aos nossos Clientes viagens para toda a malha aérea nacional, seja a lazer ou a trabalho. Sempre respeitando todas as medidas de higiene e segurança que a Azul adotou desde o começo da pandemia”, destaca Vitor Silva, gerente de planejamento de malha da Azul.

O novo padrão de limpeza e segurança da Azul

A Azul reforçou a limpeza de suas aeronaves a cada voo e à noite, seguindo os protocolos sugeridos pela IATA e Anvisa. A companhia também foi a primeira do país a tornar obrigatório o uso de máscaras por Tripulantes e Clientes, tanto a bordo quanto em solo. Em outra iniciativa pioneira, a Azul passou a medir a temperatura dos Tripulantes a cada início de turno, aumentando a confiança em solo e a bordo e preservando a vida e a segurança de todos. A companhia tem orientado o check-in pelo aplicativo e, para aqueles que precisa despachar a bagagem, sugere o uso das bancadas digitais de autoatendimento, em que o próprio Cliente etiqueta sua bagagem sem contato com a tela dos tablets. Para o embarque, a Azul lançou o Tapete Azul, tecnologia pioneira no mundo, que é composto por um conjunto de projetores e monitores. Por meio de realidade aumentada, projetores no chão formam um tapete virtual colorido e móvel que convida a pessoa a se posicionar na fila de acordo com seu número de assento. A inovação vem proporcionando uma diminuição de cerca de 25% no tempo em que uma pessoa leva entre embarcar e sentar dentro do avião e, de quebra, contribui para o distanciamento social, já que os Clientes convocados para o embarque ficam a quatro metros de distância entre si.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 15/12/20 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Azul volta a operar em Mossoró em março de 2021 **Impacto:** Neutro

Link: <https://www.omossoroense.com.br/azul-volta-a-operar-em-mossoro-em-marco-de-2021>

A bordo da aeronave, lenços umedecidos estão à disposição para uso dos Clientes e dos Tripulantes da Azul e sachês de álcool em gel são distribuídos a todos os viajantes. A companhia também tem utilizado descontaminantes bactericidas que contam com um princípio ativo que elimina vírus e bactérias em 99,99% dos casos.

Além disso, a empresa também adotou o sistema de raio ultravioleta da Honeywell para a limpeza do interior de suas aeronaves. O UV Treatment System é capaz de auxiliar a limpeza do interior de uma aeronave em menos de 10 minutos. A tecnologia representa uma camada a mais de segurança que será gradualmente introduzida na frota da Azul, a primeira empresa aérea da América Latina a trazer essa inovação.

Somando-se a isso e à limpeza dupla nos assentos, mesinhas, bolsão, banheiros, encosto de cabeça, cinto de segurança, janela, paredes e compartimentos superiores, a Azul vem atendendo todas as normas de procedimento de limpeza e desinfecção sugeridas pelas autoridades sanitárias. O serviço de bordo passou a ser realizado ao final do voo, garantindo o uso da máscara durante toda a viagem, e o desembarque agora é realizado por fileiras, evitando as costumeiras aglomerações no corredor no momento de saída da aeronave.

Confira, a seguir, a malha prevista para a reabertura de Mossoró:

Mossoró (MVF) – Recife (REC)				
REABERTURA DE BASE *A partir de 01 de março de 2021*				
Origem	Saída	Destino	Chegada	Frequência
Recife	12:50	Mossoró	14:15	Exceto aos sábados
Mossoró	15:00	Recife	16:20	Exceto aos sábados

Sobre a Azul

A Azul S.A. (B3: AZUL4, NYSE: AZUL) é a maior companhia aérea do Brasil em número de voos e cidades atendidas, com 916 voos diários e 116 destinos. Com uma frota operacional de 140 aeronaves e mais de 13.000 funcionários, a Companhia possui 249 rotas em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, a Azul foi eleita pela primeira vez a melhor companhia aérea do mundo pelo TripAdvisor Travelers' Choice, sendo a única empresa brasileira a receber este reconhecimento na história da premiação. Em 2019, a empresa conquistou o prêmio de melhor companhia aérea regional da América do Sul pelo nono ano consecutivo pela Skytrax. Adicionalmente, no mesmo ano, a Azul ficou entre as dez primeiras companhias aéreas de baixo custo mais pontuais do mundo, de acordo com a OAG. Para mais informações, visite <https://www.voeazul.com.br/ri>



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Câmara aprova aval para empréstimos aos Estados **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ca-mara-aprova-aval-para-empra-stimos-aos-estados/498123>

política

Natal - Rio Grande do Norte
Quarta-feira, 16 de dezembro de 2020 **3**

Câmara aprova aval para empréstimos aos Estados

« **CONTAS PÚBLICAS** » Deputados votaram projeto de renegociação das dívidas estaduais, que amplia a possibilidade no novos financiamentos

MICHEL JESUS/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputados federais votaram, em plenário, o projeto de lei que estabelece o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal para os Estados

A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto de renegociação das dívidas dos Estados que amplia a possibilidade de crédito com aval do Tesouro Nacional. Isso permite que governadores consigam crédito mais barato porque, em caso de calote, a União paga a dívida. O texto foi aprovado por 381 votos a 57.

A Câmara votava ontem, no encerramento desta edição, os chamados destaques, sugestões que podem mudar pontos da proposta.

O projeto estabelece o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEC) para Estados que não têm o nível de endividamento tão alto, mas que têm dificuldade para pagar servidores e fornecedores. Como contrapartida, será exigido um corte de, pelo menos, 20% de incentivos fiscais

nos três primeiros anos.

O projeto foi apresentado pelo deputado Pedro Paulo (DEM) em abril depois que a discussão da proposta Plano Mansueto (nome anterior em referência ao ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida) acabou, na prática, sendo arquivada na esteira da aprovação do auxílio emergencial para os Estados e municípios - que garantiu um alívio de R\$ 125 bilhões. O projeto foi relatado por Mauro Benedito Filho (PDT-CE).

O plano busca trazer soluções para os Estados mais endividados (Rio, Minas e Rio Grande do Sul), os que não conseguem crédito com aval da União e os que não conseguiram cumprir o teto de gastos, que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Dos 20 Estados que adotaram a regra como contrapartida à renegociação da dívida

em 2016, 11 não cumpriram a regra em 2019, segundo o Tesouro.

Uma ala do governo queria incluir parte dos gatilhos de contenção de gastos previstos na PEC emergencial no projeto de lei, mas não houve acordo. Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governo desistiu da estratégia. "O tema dos gatilhos, o governo desistiu de incluir, introduzir no projeto. O líder (do governo na Câmara) Ricardo Barros já me informou", afirmou Maia aos deputados no plenário.

O texto permite ainda a renegociação pela União de débitos não pagos pelos Estados em decorrência de decisões judiciais e refinanciamento de dívidas municipais e autoriza o governo federal a pagar as prestações de dívidas estaduais com organismos multilaterais de crédito. Os 18

Estados que aderiram ao refinanciamento de 2017 poderão incorporar prestações não pagas no novo plano.

O projeto também modifica o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa de socorro do governo federal, cujas regras estão sendo aperfeiçoadas no projeto depois do fracasso da adesão do Rio de Janeiro, que não conseguiu cumprir as medidas de ajuste fiscal previstas no contrato e vive um impasse em relação ao futuro do regime. Minas e Rio Grande do Sul são os outros dois Estados que precisam das mudanças para aderirem ao regime e receberem o socorro federal para terem acesso ao crédito novo.

O texto amplia para até nove anos a permanência dos Estados no programa de socorro. Pela legislação atual, os Estados podem ficar até seis anos no regime.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Com inflação, governo prevê mínimo em R\$ 1.088 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-inflaa-a-o-governo-preva-sala-rio-m-a-nimo-de-r-1-088-em-2021/498118>

economia

TRIBUNA DO NORTE



TELEFONES ÚTEIS
Revista: 3222-2006
Proton Editorial: 3212-6669
Proton Municipal: 3213-9550
DIU RN: 3220-2006

**BOLSONARO ASSINA, HOJE,
MEDIDA PROVISÓRIA PARA
COMPRA DE VACINAS. PÁGINA 8**



SALÁRIO-MÍNIMO
R\$ 1.045,20
TAXA SELIC
2,09%



NA TV ONLINE
Acompanhe a situação dos casos de
coronavírus no Brasil e no mundo, em
tempo real.
www.tribunadonorte.com.br

Com inflação, governo prevê mínimo em R\$ 1.088

« **SALÁRIO** » O valor representa R\$ 21 de aumento ante à projeção inicial de R\$ 1.067 que constava na proposta do Orçamento enviada em agosto

O governo prevê que o salário mínimo ficará em R\$ 1.088 em 2021. O valor representa R\$ 21 de aumento em relação à projeção de R\$ 1.067 que constava da proposta do Orçamento Geral da União, enviada ao Congresso no fim de agosto. A medida deverá ter impacto de R\$ 7,4 bilhões nas contas públicas em 2021. A nova estimativa consta em ofício encaminhado ao Congresso Nacional para revisar as metas e projeções fiscais para o ano que vem. Em 15 de abril, quando encaminhou a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo previa que o piso nacional fosse reajustado dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.079 no início de 2021.

Agora, o aumento na projeção se deve à aceleração da inflação. O salário mínimo não tem tido aumento real, mas o indicador que baliza sua correção, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tem registrado fortes altas nos últimos meses, nesta esteira da inflação de alimentos.

Em agosto, quando os preços ainda estavam impactados pela crise da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica projetava que o INPC encerraria 2020 em 2,09%. No fim de novembro, a previsão saltou para 4,1%, após a alta no preço dos alimentos no segundo semestre.

O INPC mede a variação média de preços para famílias que ganham até cinco salários mínimos, diferentemente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que capta os impactos sobre o orçamento de famílias com renda até 40 salários mínimos.

Ou seja, o índice que corri-



Ministério da Economia projeta que a alta de R\$ 21 impacta as despesas federais em R\$ 7,4 bilhões

Em abril, quando enviamos o PLDO ao Congresso, estávamos no início da pandemia. Não sabíamos qual seria o impacto sobre a receita, quanto tempo ia durar.”

PAULO GUEDES
Ministro da Economia

ge o salário mínimo é a inflação da parcela menos abastada da população - para quem os gastos com alimentos têm um peso maior, daí a aceleração do INPC. No mês passado, a Secretaria

de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia elevou a projeção para o INPC de 2,35% para 4,10%, o que já dava pistas de que o salário mínimo ficaria maior. Há economistas de mercado, porém, projetando variação até maior, acima de 5%. A proposta original do Orçamento foi elaborada com previsão de reajuste do salário mínimo de 2,09%.

Pe los cálculos do Ministério da Economia, a cada 0,1 ponto porcentual mais de variação do INPC, haverá um aumento de R\$ 268,3 milhões nas despesas em 2021. So pela mudança na projeção da SPE, já haveria um incremento de R\$ 15,366 bilhões nas despesas obrigatórias no ano que vem.

Segundo o projeto da LDO, cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo eleva a previsão de gastos do governo em R\$ 335 milhões. Isso porque diversos gastos, como o pi-

so dos benefícios da Previdência Social, o abono salarial e o seguro-desemprego, estão atrelados ao salário mínimo. Dessa forma, a alta de R\$ 21 impacta as despesas federais em R\$ 7,4 bilhões. “Em abril, quando enviamos o PLDO ao Congresso, estávamos no início da pandemia. Não sabíamos qual seria o impacto sobre a receita, quanto tempo ia durar a pandemia”, afirmou o ministro da Economia Paulo Guedes.

De 2012 a 2019, o salário mínimo era reajustado por uma fórmula que seguia a variação do INPC do ano anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) registrada dois anos antes. O mínimo de 2020 em diante passou a ser corrigido apenas pelo INPC do ano precedente, de forma a não descumprir a Constituição.

Azul voltará a operar em Mossoró

« **MARÇO 2021** » Companhia anunciou o retorno de sua operação em Mossoró a partir de 1º de março de 2021. Voos serão diários para Recife

Com a retomada do turismo em todo o País, a Azul amplia ainda sua malha doméstica e anuncia o retorno de sua operação em Mossoró, na região oeste do Rio Grande do Norte, a partir de 1º de março de 2021. Os voos, que seguirão os protocolos de higiene e segurança adotados pela companhia desde o início da pandemia, começam a ser comercializados nos canais oficiais da empresa a partir do próximo sábado, 19 de dezembro.

Partindo de Mossoró, o clientevoará a bordo de aviões modelo ATR 72-600, com capacidade para 70 passageiros, com destino a Recife, principal hub da Azul no Nordeste, de onde poderá se conectar a destinos como Belém, Te-

resina, Manaus, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Os voos estão programados da seguinte forma: saída de 12h50, de Recife, e chegada em Mossoró de 14h15; saída de Mossoró às 15h e chegada em Recife, às 16h20, diariamente, exceto aos sábados.

“Com Mossoró, ampliamos a oferta de voos no Rio Grande do Norte, para oferecer aos nossos clientes viagens para toda a malha aérea nacional, seja lazer ou trabalho, respeitando todas as medidas de higiene e segurança”, destaca Vitor Silva, gerente de planejamento de malha da Azul.

A Azul reforçou a limpeza de suas aeronaves a cada voo à noite, seguindo os protocolos sugeridos pela IATA e Anvisa, com uso

NÚMEROS

12h50

Será o horário de saída do voo na cidade de Recife com destino ao Aeroporto de Mossoró

15h

Será o horário de saída do voo na cidade de Mossoró com destino ao Aeroporto de Recife

obrigatório de máscaras por tripulantes e passageiros, tanto a bordo quanto em solo, e medição

de temperatura dos tripulantes a cada início de turno.

A companhia tem orientado o check-in pelo aplicativo e, para aqueles que precisam despachar bagagem, sugere o uso das bancadas digitais de autoatendimento, em que o próprio passageiro etiqueta sua bagagem, e lançou o Tapete Azul. Por meio de realidade aumentada, projetores no chão formam um tapete virtual colorido e móvel que convide a pessoa a se posicionar na fila de acordo com o número de assento. A inovação vem diminuindo cerca de 25% no tempo entre embarcar e sentar dentro do avião e contribuir para o distanciamento social, já que os clientes convocados para o embarque ficam a quatro metros de distância entre si.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Preço de acesso à UPGN sai este mês **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-vai-liberar-acesso-a-upgn-ata-dia-31-de-dezembro/498070>

TRIBUNA DO NORTE

geral

Quarta

Preço de acesso à UPGN sai este mês

« PETRÓLEO E GÁS » Presidente do Cade confirmou ao Governo do RN que até 31 de dezembro deste ano a Petrobras apresentará a metodologia de preços para acesso à UPGN Guamaré

Em reunião virtual com o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, nesta terça-feira (15), a governadora Fátima Bezerra obteve a confirmação de que até 31 de dezembro a Petrobras apresentará a metodologia de preços para acesso das companhias de petróleo e gás no RN à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Guamaré. O acesso é solicitado pelas petrolíferas privadas e tem o apoio do Governo do RN, pois vai permitir a concorrência no mercado do gás e a redução do preço ao consumidor final.

"Estamos realizando todos os esforços para reduzir o preço do gás no Rio Grande do Norte. Isto é muito importante para a nossa economia e para a geração de emprego e renda. Poderemos ter redução de até 30% no preço do gás, o que vai favorecer a competitividade do estado e beneficiar os consumidores principalmente nos setores industrial e veicular", afirmou Fátima Bezerra. Há possibilidade de expansão da produção em 170,27%, com o consequente barateamento do produto.

As empresas que adquiriram os poços maduros durante o processo de desinvestimento da Petrobras ainda não têm acesso à UPGN. Hoje o gás distribuído pela Companhia Potiguar de Gás (Potigás) é adquirido, exclusivamente, junto à Petrobras. Com a abertura da UPGN às operadoras privadas será possível a redução dos preços de-



Fátima Bezerra, Larissa Dantas (Potigás) e secretários tiveram reunião virtual ontem com o presidente do Cade, Alexandre Barreto

vido à competitividade entre os fornecedores.

A presidente da Potigás, Larissa Dantas, destaca que efetivação da negociação trará mais volume de negócios e desenvolvimento para o Estado. "Atualmente, a Potigás possui 28 mil clientes [entre empresas do ramo industrial e veicular] que poderão se beneficiar da redução dos preços. A diminuição também vai incentivar a adesão ao combustível por empreendimentos que ainda não utilizam", ressaltou Larissa Dantas.

Na reunião com Alexandre Barreto, a governadora esteve acompanhada do vice-governador

Antenor Roberto, secretário de planejamento, Aldemir Freire, presidente da Potigás, Larissa Dantas, assessora especial do Governo, Luciana Daltro, assessora de assuntos institucionais e regulatórios da Potigás, Marina Siqueira e do assessor de planejamento, gestão de riscos e conformidade da Potigás, Emile Saffye.

A liberação à UPGN é prevista no acordo firmado entre Petrobras e o Cade para abertura do mercado de gás no RN. Com a abertura da UPGN às operadoras privadas, a Potigás vai adquirir o combustível a mais de um fornecedor e a previsão é de que o preço do gás seja reduzido.

Comercialização

De janeiro a setembro deste ano, a média do volume comercializado pela Potigás foi de 197.879 metros cúbicos/dia. Na carteira de clientes ativos da empresa existem 28.245 empresas, condomínios residenciais, restaurantes, pousadas, hotéis e demais empreendimentos que utilizam o gás natural encanado para abastecer cozinhas e chuveiros elétricos, prioritariamente. Com a liberação do acesso à UPGN e ampliação na processamento da molécula do gás natural, a tendência é que o custo final caia e mais clientes se interessem

pelo combustível, que não polui e é mais seguro que o GLP.

Em entrevista à Revista Valor Econômico, cuja publicação ocorreu na Página 5 da edição "14/09/2020 1a CAD B", o presidente da Petreconcavo, Marcelo Magalhães, que adquiriu o Riacho da Forquilha (campos maduros no Oeste do RN) da Petrobras ao custo de US\$ 356,3 milhões, disse "tem condições de cobrar entre US\$ 4 e US\$ 4,5 o milhão de BTU (unidade térmica britânica) pela molécula" de gás natural. A Petrobras começou o ano comercializando a mesma molécula ao custo de US\$ 7.

SANDRO MENEZES

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Maxxi Atacado abre amanhã a primeira loja em Natal **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/maxxi-atacado-do-grupo-big-abre-nesta-quinta-feira-primeira-loja-em-natal/498114>

Maxxi Atacado abre amanhã a primeira loja em Natal

« ATACADO » Maxxi Atacado abre nesta quinta-feira (17), na Prudente de Moraes. Terá 536 vagas de estacionamento e um mix de 8.200 produtos

O Grupo Big vai inaugurar sua primeira loja do Maxxi Atacado em Natal nesta quinta-feira (17), às 8h. A unidade, localizada em Lagoa Nova, onde funcionava o antigo Hiper Bompreço, tem mais de cinco mil metros quadrados e foi preparada para atender às medidas de restrições contra a covid-19, como controle do número de clientes na loja, instalação de placas de acrílico nos caixas, reforço na higienização dos carrinhos e o uso de luvas e máscaras por parte dos funcionários.

A loja emprega 200 pessoas, entre postos diretos e indiretos de trabalho. A iniciativa é parte do projeto que prevê a mudança de posicionamento da marca Maxxi Atacado, com a transformação do layout das unidades em todo o Brasil. A bandeira, considerada uma unidade estratégica de negócios para o Grupo Big, tem foco em consumidores e comerciantes de todos os tamanhos e segmentos.

"O formato atacarejo ganhou bastante força nos últimos tempos e acreditamos haver um potencial de crescimento ao reposicionar a marca com diferencial em sortimento, preço, atendimento, autosserviço e experiência de compra, focando em todos os públicos, desde pequenos a grandes comerciais e consumidores finais", explica Beto Alves, diretor-executivo de Atacado do Grupo BIG.

O Maxxi Atacado terá 536 vagas de estacionamento, com ampliação de sortimento, tem um mix composto por 8.200



ALEX RÉGIS

Unidade, que funcionará no antigo Hiper Bompreço, tem mais de cinco mil metros quadrados

itens. Já as áreas de checkout ficaram maiores - com 24 unidades - para facilitar o trânsito de clientes na saída da loja e otimizar o trabalho dos operadores de caixa.

O Maxxi Atacado opera com 46 lojas de atacado de autosserviço, em 11 estados e atende desde pequenos e médios comerciantes até grandes consumidores e profissionais liberais. O Grupo Big está presente no País desde 1995 e opera com 389 unidades e mais de 50 mil funcionários em 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal. São 7 bandeiras entre hipermercados (BIG e BIG Bompreço), supermercados (Super Bompreço e Nacional), atacado (Maxxi Atacado), clube de compras (Sam's Club) e lojas de vi-

zinhança (TodoDia), além de postos de combustíveis. Em julho de 2018, a Advent International anunciou a aquisição de 80% da operação Walmart Brasil. O Walmart Inc. mantém uma participação de 20% na empresa.

A reestruturação da companhia vai muito além da nova bandeira. "Nosso maior desafio é garantir que o consumidor perceba mudanças efetivas na operação. Lojas reformadas, com novo layout, novos serviços e um incremento de 35% no sortimento de produtos, incluindo o crescimento de itens regionais. Acreditamos que, com essas mudanças, o consumidor perceberá que de fato esse é um novo momento da organização" conclui Jorge Herzog,

diretor executivo de Hipermercado do Grupo Big.

Em Mossoró, cidade da região Oeste do Rio Grande do Norte, com mais de 297 mil o grupo abriu o Big Bompreço, um hipermercado, no dia 16 de julho. Em Natal, a empresa lançou o serviço delivery na loja Bompreço de Natal. Com o Big em Casa, há opções de compras seguras em tempos de pandemia, que são realizadas via App, em parceria com o iFood e Cornershop para realizar as entregas.

Serviço

Maxxi Atacado Natal
Endereço: Av. Prudente de Moraes, 3720 - Lagoa Nova, Natal - RN
Horário de funcionamento: de segunda a sábado, das 7h às 22h, e das 8h às 18h aos domingos.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Vacina chegará cinco dias após registro da Anvisa **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vacina-chegara-cinco-dias-apa-s-registr-o-da-anvisa/498103>

8 Natal - Rio Grande do Norte
Quarta-feira, 16 de dezembro de 2020

geral

TRIBUNA DO NORTE

Vacina chegará cinco dias após registro

« COVID-19 » Ministério da Saúde informou ao Supremo Tribunal Federal que o plano prevê distribuição de imunizantes aos Estados em até cinco dias após ter aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

RAFAEL MORAES MOURA
Agência Estado

Ainda sem definir uma data para o início da vacinação no País, o Ministério da Saúde informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que distribuirá os imunizantes aos Estados e ao Distrito Federal em até cinco dias após o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo manifestação enviada à Corte, a entrega da vacina aos municípios, para começar a aplicação, cabe aos Estados. A estimativa é de que leve ao menos 16 meses para toda a população ser imunizada. O Plano Nacional de Imunização deve ser lançado oficialmente hoje, em uma cerimônia no Palácio do Planalto. Os governadores foram convidados.

A primeira fase do plano nacional de imunização é apresentado à Corte inclui entre o público prioritário idosos de 75 anos ou mais, profissionais de saúde, idosos de 60 ou mais em residência de longa permanência e indígenas. Nas demais etapas, estão pessoas de 60 a 74 anos, indivíduos com comorbidades, professores, trabalhadores de segurança e saúde, presos e detidos. A previsão é de que esta etapa leve quatro meses.

Registra uma vacina ou autoriza o uso emergencial de um imunizante, bem assim seja o imunobiológico adquirido (nos termos da legislação pertinente) e entregue no Complexo de Armazenamento do Ministério da Saúde, a previsão de distribuição para Estados e Distrito Federal é de até cinco dias, informou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Depois de atender aos grupos prioritários, o Ministério da Saúde estima que mais doses serão necessárias para vacinar o resto da população. Ou seja, o plano de vacinação seria concluído em um prazo total de 16 meses.

A manifestação foi uma resposta à decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que proibiu de Pazuello cronograma de imunização contra a covid-19. No sábado, a gestão Jair Bolsonaro enviou o plano à Corte sem prever datas nem quais imunizantes vai usar em cada grupo, o que provocou desconforto no tribunal. Um ministro que pediu para não ser identificado definiu como uma "gozação" a entrega do documento sem um cronograma. O governo federal vai lançar o plano nacional de vacinação contra a covid-19 em evento no Palácio do Planalto, nesta quarta-feira, 15. O presidente Jair Bolsonaro vai participar do evento. "Por fim, é importante lembrar que, até o presente momento, ainda não há vacina disponível para uso imediato no mercado brasileiro, o que, por evidente, é condição para disponibilização da vacina", ressaltou Pazuello.

O governo federal está sob pressão para antecipar o calendário de vacinação contra a covid-19. A aplicação emergencial já começou no Reino Unido e nos Estados Unidos. Mesmo sem ter apresentado dados finais da Coronavac, o governador paulista, João Dória (PSDB), adversário político de Bolsonaro, afirma que iniciará a campanha em 25 de janeiro.

Pazuello já falou em começar a aplicar as doses entre o fim de dezembro e março. O ministério argumenta que ainda

aguarda liberação do registro ou aval para uso emergencial do produto da Anvisa para fechar uma data. Se houver registro, o imunizante pode ser distribuído a todos os públicos, inclusive na rede privada, mas o tempo de análise da Anvisa é maior: pode chegar a 60 dias. A Anvisa estima que precisará de até 10 dias para avaliar pedidos de uso emergencial, que podem servir apenas para aplicação no SUS, em públicos restritos, como de idosos ou profissionais de saúde. O ministério ainda corre atrás de insumos como seringas e agulhas.

O governo deve editar ainda uma medida provisória para liberar mais R\$ 20 bilhões para a compra dos imunizantes. Bolsonaro afirma que será preciso assinar um "termo de responsabilidade" para receber a vacina. "Não é obrigatória. Vocês vão ter que assinar o termo de responsabilidade, se quiserem tomar. A Pfizer é bem clara no contrato: 'Não nos responsabilizamos por efeito colateral'. Tem gente que quer tomar, então toma. A responsabilidade é sua. Para quem está bem fisicamente, não tem que ter medo de desenvolver a doença e o idoso, quem tem doença", disse Bolsonaro na segunda-feira, 14, a apoiadores.

Plano

No plano nacional de imunização, a pasta apresenta como "parceiras" 300 milhões de doses de vacinas - 180 milhões viriam do acordo com a Oxford e AstraZeneca, 42 milhões pelo Covax, iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), e 78 milhões viriam da Pfizer, ainda em negociação. O governo federal informou, nesta lista, a Coronavac, desenvolvida pela chinesa Sinovac e o Instituto Butantã, ligado ao governo paulista de João Dória (PSDB). Mas o plano afirma que haverá "crédito extraordinário para aquisição de toda e qualquer vacina que adquira registro de forma emergencial ou regular que apresente eficácia e segurança".

No último domingo, um grupo de especialistas que assessorou a Saúde na criação do plano - e cujos nomes estão na lista de colaboradores - divulgou nota, dizendo não ter sido consultado sobre a versão final. No domingo, 13, a pasta disse que eles eram "convidados especiais" nos debates, com papel de "cunho opinativo e sem qualquer poder de decisão".

"O ministério deveria pedir desculpas, reconhecer que se equivocou em listar nossos nomes como colaboradores, emanar novo documento ao STF mudando essa conotação", disse a professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Ethel Maciel, uma das que registram a divulgação. Nas redes sociais, Maria Couto, da USP, afirmou que seu nome foi incluído sem que tenha sequer colaborado com as discussões ou participação das reuniões.

O ministério ainda rebateu críticas do grupo, que expressou preocupação com a retirada de grupos prioritários (presidências) e colheu que todas as populações vulneráveis sejam prioritárias, como quilombolas, ribeirinhos, privados de liberdade e pessoas com deficiência. Pediram ainda para ampliar "o escopo para todos os trabalhadores da educação (não só professores) e incluir outros serviços essenciais".



Ministro Eduardo Pazuello apresenta hoje, oficialmente, o Plano Nacional de Imunização

MP para compra vai ser assinada hoje

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que o presidente Jair Bolsonaro vai assinar as 10 horas desta quarta-feira, 16, uma medida provisória para compra de vacinas contra a covid-19. O chefe do Planalto havia anunciado que assinaria a MP nesta terça-feira, 15. A medida provisória deve abrir um crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões no Orçamento deste ano para a compra de doses capazes de imunizar a população contra o novo coronavírus. De acordo com o senador, o governo vai garantir a compra de vacinas para acesso gratuito a toda a população.

Toda e qualquer vacina que seja registrada na Anvisa, venha de onde vier, que tenha o registro

emergencial estará assegurada a compra pelo governo brasileiro para que a campanha de vacinação possa começar se possível já no mês de fevereiro", afirmou Bezerra.

Na segunda-feira, 14, ao falar sobre a medida, Bolsonaro minimizou os impactos da vacinação. "Não é obrigatória. Vocês vão ter que assinar o termo de responsabilidade, se quiserem tomar", declarou o presidente a apoiadores.

Ontem, o Senado aprovou dois projetos de lei para instituir a carteira de vacinação digital e criar um rastreamento de imunização no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida possibilita que, em uma campanha de

imunização contra o novo coronavírus, as informações de todas as vacinas tomadas por uma pessoa seriam registradas e disponibilizadas para consulta em uma plataforma digital.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem dar "sinal verde" para a compra de qualquer vacina contra a covid-19, inclusive a Coronavac, que foi aprovada pela Anvisa. Em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, da Band TV, o chefe do Executivo reforçou que não tomará a vacina. Ele sugeriu, sem indicar fontes ou dados, que quem tomar imunizante pode ser infectado de novo se não repetir a vacina dentro de três ou quatro anos.

Governo fala em termo de consentimento

O governo federal quer criar termo de consentimento para a aplicação da vacina contra a covid-19 no Brasil. Com a estratégia defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, a União se sentirá responsável sobre eventuais efeitos colaterais da vacina. Mas o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não vai acatar a medida. A ideia era incluir a previsão do termo de consentimento na redação da Medida Provisória que autoriza o ingresso do Brasil no Covax Facility, consórcio para compra de imunizantes liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A informação foi anunciada ontem pelo relator do texto, deputado Geninho Zulliani (DEM-SP), que se reuniu com Bolsonaro.

"O laboratório da Pfizer (que negocia 70 milhões de doses de vacina com o Brasil), no contrato ofertado ao governo federal, tem uma cláusula que tira a responsabilidade do laboratório para eventuais efeitos colaterais no futuro. O presidente que repassa isso de forma segura, clara, transparente e a todos que receberão a vacina. O termo jurídico 'consentimento informado', disse Zulliani.

O governo ainda vai produzir um estudo jurídico sobre a medida. "Isso para competência do governo, de poder dialogar com a sociedade, com todos os ministérios, e criar esse termo de consentimento (...) para que todos possam tomar os imunizantes", disse o deputado. "Mas, se a medida for aprovada, o governo tiver interesse, apresente a emenda por um deputado, faça destaque e tente ganhar no plenário", disse o relator assumir a responsabilidade", disse.

Presidente diz que não vai tomar vacina

O presidente Jair Bolsonaro disse que não vai tomar a vacina contra a covid-19. A declaração foi dada ao apresentador José Luiz Datena, da TV Band. Ele já foi diagnosticado com a doença em julho, mas cientistas ainda não sabem por quanto tempo as pessoas ficam protegidas de se infectar novamente. Bolsonaro ainda afirmou que "vai dar sinal verde" para quem quer imunizar contra a doença que tenha registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Inicialmente, o presidente manifestou resistência à Coronavac, vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Instituto Butantã, ligado ao governo de São Paulo, de João Dória (PSDB), adversário político de Bolsonaro. Nos últimos dias, porém, o governo federal tem afirmado que vai adquirir todos os imunizantes que tenham registro da Anvisa. Sobre tomar a imunização, Bolsonaro tem repetido que não haverá obrigatoriedade de tomar a vacina, tema que será discutido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) esta semana. A postura é diferente de outros líderes, como os ex-presidentes americanos Barack Obama, George Bush e Bill Clinton, que disseram que pretendem tomar imunizante com cobertura das TVs, como forma de aumentar a confiança da população.



Vacina experimental para a covid-19 desenvolvida pela farmacêutica americana Moderna está na fase 3

Comitê da FDA confirma eficácia de 94% do imunizante da Moderna

O comitê consultivo da Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA, na sigla em inglês) confirmou que a vacina experimental para a covid-19 desenvolvida pela farmacêutica americana Moderna é 94% eficaz, de acordo com os resultados revisados da fase 3 dos testes clínicos.

Em uma análise preliminar divulgada nesta terça-feira, a FDA in-

formou que "com base na totalidade das evidências científicas disponíveis, os benefícios da vacina mRNA-1273 para covid-19 superam seus riscos de uso em indivíduos com 18 anos de idade ou mais".

As análises de subgrupos primários de eficácia mostraram estimativas de pontos de eficácia semelhantes entre grupos de idade, gêneros, grupos raciais e étnicos e participantes com co-

morbidades médicas associadas a um risco de covid-19 grave", destaca a FDA.

A Moderna pediu a autorização para uso emergencial do produto nos EUA no dia 30 de novembro. Na semana passada, a FDA aprovou o uso emergencial da vacina desenvolvida pela farmacêutica americana Pfizer em parceria com a alemã BioNTech.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Natal perde 56% da água distribuída **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-perde-56-da-a-gua-distribua-da-ao-s-usua-rios-aponta-estudo/498101>

 **NO FACEBOOK**
 Confira o conteúdo exclusivo da Tribuna do Norte.
[facebook.com/tribunadonorte](https://www.facebook.com/tribunadonorte)

 **TEMPO REAL**
 Hoje: 12°C - 24°C
 Sai com algumas nuvens e chuva leve após as 18h. Amanhã: 12°C - 24°C.

 **TABELA DE MOEDAS**
 Real: 1,00 - 1,9756 - 2,4
 Dólar: 1,00 - 0,53 - 0,53 - 0,53

SEM SABER QUE ESTAVA GRÁVIDA, MULHER DÁ À LUZ EM RESTAURANTE NA ZONA LESTE DE NATAL - PÁGINA 13

 **NA TV ONLINE**
 Confira o conteúdo exclusivo da Tribuna do Norte.
tribunadonorte.com.br

TRIBUNA DO NORTE
natal
 Editor: Ricardo Araújo | ricardoaraujo@tribunadonorte.com.br | Natal - Rio Grande do Norte - Quarta-feira, 16 de dezembro de 2020

Natal perde 56% da água distribuída

«**DESPERDÍCIO**» Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2019, do MDR, mostra que a capital e o Estado do Rio Grande do Norte perdem mais metade da água distribuída aos usuários. Índices são superiores à média nacional

Maís da metade da água distribuída para as residências e estabelecimentos comerciais situados em Natal perde ao longo do caminho entre a estação de distribuição e a torneira. O índice de perdas é de 56,2% - o terceiro maior entre as capitais nordestinas - conforme o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2019 divulgado nesta terça-feira (15) pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Esse percentual está muito acima da média nacional, que é de 39,2% no mesmo ano analisado. Em todo o Estado do Rio Grande do Norte, o índice de perdas na distribuição chega a 51,2% - o segundo mais alto do Nordeste, atrás somente do Maranhão (59,5%), acima da média regional (45,7% e nacional (39,2%).

Sobre o assunto, a Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) lembra que a TRIBUNA DO NORTE esclarecendo que "após um período prolongado de estagnação e com a retomada do abastecimento em diversas cidades, a partir de 2019, o índice de perdas subiu em decorrência, principalmente, de vazamentos em redes que estavam sendo utilizadas. Nesta perda também se somam os desvios de água e também a baixa medição de hidrômetros defeituosos. Estas ocorrências estão sendo corrigidas pela Caern".

A Caern afirma ter tomado outras medidas para melhorar esse cenário. "Os resultados serão mais efetivos a partir de 2021, devido à suspensão de algumas ações durante o período mais crítico da pandemia, uma vez que os cortes e fiscalizações estiveram suspensos", garante. Ademais, "no último bimestre, a Caern retomou as ações de fiscalização, evitando os famosos gatos, ou seja, os desvios de água. Além disso, os cortes foram retomados. A Caern trabalha também para a contratação de uma empresa, na modalidade contrato de performance, para a redução de perdas na zona Norte de Natal. A perspectiva é que esse projeto seja expandido para outras áreas do Estado.



Conforme o estudo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, mais da metade da população brasileira vive em áreas sem o saneamento básico ideal

Perdas
Veja abaixo o índice de perdas na distribuição de água no NE

Capitais	Estados
Aracaju 30,5%	Alagoas 29,8%
Belo Horizonte 32,4%	Paraná 38,8%
Fortaleza 84,4%	Bahia 40,2%
Maceió 85,1%	Ceará 43%
Tererim 51,7%	Sergipe 43,6%
Salvador 56,3%	Piauí 44,4%
Natal 56,2%	Paraná 50,1%
Recife 57,9%	Rio Grande do Norte 51,2%
São Paulo 85,6%	Maranhão 59,5%
Brasil 39,2%	Brasil 39,2%

Fonte: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2019

Do Assim, a Companhia espera reduzir este índice". Caracterizadas como ineficientes técnicas no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2019, as perdas são inerentes a qualquer sistema de abastecimento de água. "É um tema

de alta relevância frente a cenários de escassez hídrica e de altos custos de energia elétrica, além da sua relação direta com a saúde financeira dos prestadores de serviços, uma vez que podem representar desperdício de recursos naturais, operacionais e de receita. Dessa forma, os custos decorrentes das perdas devem ser minimizados e estar sujeitos a gerenciamento apropriado, pois são repassados ao consumidor final", aponta o estudo.

Extravassamentos
Ao longo do ano passado, Natal registrou 8.762 extravassamentos de esgotos, com duração de 490.626 horas, configurando como um dos maiores do país. Sobre esse tópico, a Caern afirma que "o lançamento de lixo, óleos, gorduras e a canalização de água de chuva na rede de esgotos são verdadeiros vilões do sistema de esgotamento sanitário", pois o "Sistema de Esgotamento Sanitário não é projetado para esse uso indevido, sendo

destinado apenas para as águas residuais do dia a dia, tais como, os dejetos do vaso sanitário, da pia da cozinha, a água que escorre pelos ralos do chuveiro, das pias e demais ralos espalhados pelas casas". Conforme a Companhia, cerca de 90% das ocorrências na rede de esgoto da capital são provocadas por mau uso da própria população. "Mesmo com um alto número de ocorrências é importante destacar que a Caern manteve uma eficiência de resolução das demandas em 93% executadas dentro do prazo regulado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico de Natal (Arsan)", declara a Caern. Atualmente, a cobertura de esgotamento na capital é de aproximadamente 50%. Até 2022, essa cobertura chegará a 100%. "Por este motivo a Caern já tem desenvolvido diversas ações de educação ambiental para conscientizar a população sobre o uso correto do sistema e gerar uma melhor convivência", ressalta.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA CRECE
O Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto (DSIE-NE) reuniu dados de 5.391 municípios brasileiros, que contam com 17,8 milhões de habitantes (97,7% da população do País). Essas cidades, ao fim de 2019, tinham 680,4 mil quilômetros de redes de água, um acréscimo de 17,8 mil quilômetros (ou 2,7%) em relação aos 662,6 mil quilômetros apurados em 2018. As ligações às redes de abastecimento de água cresceram de 57,2 milhões, em 2018, para 59,1 milhões (1,3% a mais) no ano passado. Com esse aumento, a população atendida alcançou 170,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 83,7% do total do País. A Região Sul apresentou o maior índice de cobertura, com 98,7%, seguida de Centro-Oeste (97,6%), Sudeste (95,9%), Nordeste (88,2%) e Norte (70,4%). Já o consumo médio de água no País registrou queda. Em 2019, foi de 153,9 litros ao dia por habitante - uma redução de 0,4% em comparação a 2018. Os consumos variam regionalmente de 120,6 litros diários por habitante na Região Nordeste a 171,4 litros na Região Sudeste.

Metade da população vive sem saneamento básico no Brasil

Na manhã desta terça-feira (15), o Ministério do Desenvolvimento Regional apresentou o Diagnóstico de Prestação dos Serviços de Saneamento Básico de 2019 do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). Com resultados abaixo do que seria desejado para o país, o relatório aponta que quase metade da população brasileira vive sem tratamento de esgoto adequado, quase um quinto não possui água tratada e que ainda há cerca de 3 mil lixões espalhados pelo território nacional.

Apresentada em uma videoconferência pelo ministro Rogério Marinho, os responsáveis pelo estudo destacaram que o Diagnóstico terá como principal função servir de documento comparativo para que os gestores municipais, estaduais e federais possam tomar as melhores decisões para garantir a universalização do saneamento no país. "Somos um país de dimensões continentais. Esse diagnóstico é importante para orientar a definição das políticas públicas no país. Estamos em um momento importante, após quase 8 anos de deliberações, o parlamento brasileiro aprovou o novo Marco do Saneamento", destacou o ministro Rogério Marinho. Segundo o ministro, as novas regras aprovadas com o Marco do Saneamento vão trazer "segurança jurídica para que a iniciativa privada se associe aos governos estaduais, municipais e federal" para alcançar seus objetivos.

"O saneamento é um fator civilizatório. A mortalidade infantil e doenças crônicas que já deviam ter sido erradicadas do

país há pelo menos uma centena de anos permanecem justamente pela nossa fragilidade nesse setor. Estamos muito animados porque com esse novo marco teremos a ferramenta para dar a agilidade necessária a esse processo de busca da universalização", completou Marinho.

Como ponto positivo para o cenário nacional, o ministro apontou a redução de 17% na quantidade de lixões espalhados pelo país em relação ao ano de 2018. Esse é o 25º diagnóstico sobre águas e esgotos, o 18º sobre resíduos sólidos e o 4º diagnóstico de drenagem do país.

O diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Oscar Cordeiro Neto, destacou que o resultado produzido "é um diagnóstico robusto que nos permite fazer compa-

O saneamento é um fator civilizatório. A mortalidade infantil e doenças crônicas que já deviam ter sido erradicadas do país há pelo menos uma centena de anos permanecem justamente pela nossa fragilidade nesse setor"

ROGÉRIO MARINHO
Titular do MDR

rações avançar quando falamos da gestão de saneamento básico no Brasil".

Objetivo
O SNIS tem como objetivo planejar e executar as políticas públicas nas áreas de saneamento e água no país. Ela permite orientar a aplicação de recursos, avaliar os avanços no setor de saneamento, o desempenho dos serviços e oferecer orientação de atividades regulatórias e de fiscalização. Além disso, como os dados estão disponíveis de forma pública e gratuita na página do SNIS, servem também como instrumento de controle social e referência para comparação e medição de desempenho dos responsáveis por prestar os serviços de saneamento das cidades brasileiras.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Regras mais brandas para Estados **Impacto:** Neutro



Mais prazo para pagar. Projeto aprovado no Congresso amplia o período que os estados em dificuldade terão para ajustar suas contas e flexibiliza parte das medidas de ajuste. Texto segue para sanção

ALÍVIO NAS CONTAS

REGRAS MAIS BRANDAS PARA ESTADOS

Congresso amplia para dez anos o prazo do regime de recuperação fiscal

MANOEL VENTURA
E MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Congresso aprovou ontem um projeto de lei com um pacote de medidas para auxiliar estados e municípios. Negociado com o governo, o texto aumenta de seis para dez anos o prazo do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que prevê alívio no pagamento da dívida para governos locais que se comprometam a ajustar as contas públicas. Em outra frente, a proposta flexibiliza as regras para estados que descumpriram o teto de gastos (que restringe o aumento das despesas públicas) imposto como contrapartida a uma renegociação da

dívida firmada em 2016.

O projeto foi aprovado por 381 votos a 57 na Câmara e por 55 a 1 no Senado. O texto agora segue para sanção presidencial. As medidas receberam o apoio da equipe econômica.

A mudança no RRF beneficia o Rio, a única unidade da federação a aderir ao programa. Pelas regras originais, o RRF tem duração máxima de seis anos — três anos, prorrogáveis por mais três. A proposta aprovada amplia o prazo para dez anos, incluindo o período de até um ano que estados interessados terão para a apresentação de um plano de ajuste fiscal. Nessa fase de preparação, a União concederá alívio no pagamento de débitos. O Rio entrou no RRF em

setembro de 2017. De acordo com a legislação, o estado deveria ter renovado o plano de ajuste neste ano, quando a primeira parte do prazo terminou. O governo fluminense, no entanto, conseguiu garantir a permanência por meio de uma liminar do Tribunal de Contas da União (TCU).

AJUDA PARA O RIO

Se o projeto aprovado pela Câmara se tornar lei, o estado poderá preparar um novo plano para ajustar as contas em até dez anos, seguindo as novas regras. O governador em exercício, Cláudio Castro, já indicou que vê a prorrogação do RRF como uma espécie de "salvação" para o Rio. A medida também é im-

portante para os outros entes interessados no programa: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás. Uma das principais mudanças é a flexibilização de parte das regras de acesso ao plano, como o fim da exigência de que estatais sejam totalmente privatizadas. No novo texto, governos regionais poderão vender apenas parte de companhias públicas como contrapartida à ajuda

federal. O projeto permite que parte das medidas de ajuste possa ser feita por decretos do governador do estado, e não apenas por meio de leis aprovadas na Assembleia Legislativa.

Na hipótese de privatização de estatais, os deputados aprovaram alteração em plenário para permitir a liquidação ou extinção dessas empresas e a possibilidade de que os recursos sejam usados para o pagamento de pessoal — o que era vedado no texto do relator.

Em outro trecho, o projeto flexibiliza as regras para estados que descumpriram o teto de gastos. A medida foi a única contrapartida imposta a estados que renegociaram dívidas com a União em 2016. A proposta não mexe

no teto de gastos federal, previsto na Constituição.

O refinanciamento da dívida com a União firmado naquele ano permitiu que estados alongassem o prazo de pagamento desses débitos por até 20 anos. Além disso, autorizou descontos nos valores das parcelas mensais.

Em contrapartida ao alívio, esses entes concordaram em limitar o crescimento das despesas em 2018 e em 2019 à variação da inflação. O descumprimento da regra obriga o pagamento integral das parcelas, sem benefícios.

2032 COMO PRAZO FINAL

Segundo dados do Tesouro, 11 estados descumpriram o teto e, por isso, passarão a dever imediatamente R\$ 43,9 bilhões de acordo com as regras atuais. Parcelas mensais de R\$ 5,3 bilhões serão devidas a partir de janeiro, quando acabam os efeitos do auxílio a governos locais aprovado durante a pandemia. No Rio, a conta é de R\$ 1,7 bilhão por mês.

O projeto aprovado pela Câmara permite que o retorno do pagamento seja substituído por medidas menos duras. Uma delas é a manutenção de um prazo mais longo para quitar a dívida, em troca dos juros sobre o que deixou de ser pago no período com desconto nas parcelas.

Outra opção significa, na prática, tentar cumprir o teto de gastos novamente. Nesse formato, estados poderão se comprometer a limitar despesas entre 2021 e 2023 ao crescimento da inflação (conforme prevê a regra do teto). As despesas com saúde e educação, porém, não ficariam limitadas pela inflação do período.

O projeto ainda estabelece o ano de 2032 como data final para os estados cumprirem o limite previsto de gastos com pessoal. Além disso, unifica as regras para calcular estas despesas. Hoje, alguns estados excluem os inativos da conta, o que tem sido usado para melhorar o quadro das finanças locais.

— Não há um regimento único no país em relação à apuração dos gastos de pessoal, isso sempre foi inclusivo, isso sempre foi inclusivo um sofrimento para a Secretaria do Tesouro Nacional. O Tesouro precisa ter condições de fazer uma análise igualitária para todos os estados brasileiros. Não pode um estado não incluir pensionista, e o outro incluir pensionista. Não faz sentido um estado não incluir o déficit da Previdência, e o outro incluir o déficit da Previdência — disse o relator da proposta, deputado Mauro Benevides (PDT-CE).

11

estados descumpriram o teto de gastos

Segundo as regras atuais, eles passariam a dever R\$ 43,9 bilhões. Projeto ameniza o cenário

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Campos Neto: vacina é mais barata que auxílio **Impacto:** Neutro

26 | Economia

Quarta-feira 16.12.2020 | **O GLOBO**

Campos Neto: vacina é mais barata que auxílio

Presidente do BC diz que investimento em imunizantes pesa menos nas contas públicas do que estender benefícios. Segundo ele, recuperação em V está perdendo impulso. Ata do Copom destaca inflação acima do esperado, mas choque deve ser temporário

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@tob.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, destacou ontem a importância das vacinas para a recuperação econômica do país. Segundo ele, os investimentos nos imunizantes são mais baratos do que uma possível prorrogação dos auxílios governamentais.

— Isso muda todos os dias, maseu acho que investir na vacina agora é mais barato do que prolongar as transferências diretas e planos como esses. Estamos concentrando nisso, e é o que o mercado está focando — comentou o presidente do BC em transmissão ao vivo para investidores estrangeiros.

Campos Neto afirmou que a recuperação em V da economia está perdendo impulso:

— Quando você olha para o crescimento no Brasil, vê o que era o começo de uma recuperação em V, que está perdendo um pouco de impulso

agora, mas é quase o que nós já estávamos esperando.

A recuperação em V se caracteriza por uma queda grande, seguida de uma retomada igualmente intensa. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse diversas vezes que a recuperação da economia está sendo em V, inclusive ao comentar o resultado do PIB do terceiro trimestre, que mostrou recuperação de 7,7%.

O consenso entre os economistas é que o crescimento no último trimestre de 2020 deve perder velocidade. O IBC-Br, prévia do PIB calculada pelo BC, já aponta para uma retomada mais lenta em outubro, com crescimento de 0,86%.

RISCO FISCAL

No encontro virtual, Campos Neto também ressaltou a mensagem passada pela ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na manhã de ontem, de que a inflação está acima do esperado, mas deve ser temporária.



Índice. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirma que o efeito da alta dos alimentos na inflação vai diminuir

— Penso que há um elemento que é temporário. Quando olhamos para o preço dos alimentos, que é basicamente o que está causando a inflação, tivemos o índice chegando a 20% em determinado ponto. Muito desse efeito temporário vai diminuir logo.

De acordo com a ata, o BC espera que a inflação continue elevada em dezembro, mesmo com o arrefecimento no preço dos alimentos. A autarquia cita dois itens que devem contribuir: mensalidades escolares e a bandeira vermelha nas contas de luz.

Na avaliação do BC, um dos principais riscos para a alta da inflação é o fiscal. Em um cenário de continuidade dos gastos extraordinários ou “frustrações” na agenda de reformas da economia, o Copom alerta que os juros poderiam subir para controlar a inflação.

OPINIÃO DO GLOBO ABALO

A QUEDA do Brasil em cinco posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, de 2018 para 2019, se deve principalmente à virtual estagnação da educação. A descida do 79º para o 84º lugar, numa lista de 189 países, tem como causa geral a relativa lentidão dos avanços do país no campo social.

O RECUO no desenvolvimento do país em anos recentes, depois de avanço em quase duas décadas, resulta da dificuldade de manter políticas consistentes de saúde, educação e combate à pobreza.

ABALA QUALQUER otimismo com o futuro.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Queiroz pagava minhas contas e está sendo injustiçado, afirma Bolsonaro **Impacto:** Neutro

A8 QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2020

FOLHA DE S.PAULO ***

poder

Queiroz pagava minhas contas e está sendo injustiçado, afirma Bolsonaro

Na TV, presidente também disse que depósitos de R\$ 89 mil na conta de Michelle eram para ele

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou em entrevista nesta terça (15) que Fabrício Queiroz, seu amigo e ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia do Rio, pagava suas contas e está sendo injustiçado na investigação que aponta o ex-policia militar como operador de um esquema de "rachadinha". "O Queiroz pagava conta minha também. Ele era de confiança. Está com esse processo agora. Desde que estourou o processo eu não tenho conversado com ele. Agora, ele está sendo injustiçado também, por quê?", afirmou Bolsonaro ao programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes.

"Tem que ser investigado e dar a devida pena se for o culpado. E não prender esposa... Quebraram o sigilo de 90 pessoas, não tem cabimento isso. Parece que o maior bandido da face da terra é o senhor Flávio Bolsonaro."

Bolsonaro foi questionado pelo jornalista José Luiz Datena sobre a suposta existência de relatórios elaborados pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos RJ), seu filho.

"A pressão em cima do meu filho é para me atingir. Não é só em cima do meu filho, é em cima de esposa, de ex-mulher, outros filhos, parentes meus, amigos que estão do meu lado. Você vê essa questão da Abin. Estive com o General Helene, perguntei se alguma coisa foi feita e ele falou 'não'."

E, sem ser indagado sobre o assunto, Bolsonaro mencionou os repasses que somam R\$ 89 mil feitos por Queiroz e sua esposa, Márcia Aguiar, para a conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro.

"Vamos apurar? Vamos. Mas cada um com a sua devida estatura. E não massacrar o tempo todo como massacrar a minha esposa, como eu falei desde o começo, que aquele cheque do Queiroz, ao longo de dez anos, foram para mim. Não foram para ela. Divide aí, Datena, R\$ 89 mil por dez anos. Dá em torno de R\$ 750 por mês. Isso é propina? Pelo amor de Deus."

O senador Flávio Bolsonaro é investigado por suspeita de crimes de peculato, lavagem de dinheiro e de ter liderado uma organização criminosa. O Ministério Público do Rio de Janeiro suspeita que ele recolhia o salário de parte de seus antigos funcionários na Assembleia do Rio, quan-

do era deputado estadual, para benefício pessoal.

Segundo a revista Época, a Abin teria produzido documentos para ajudar o parlamentar a ser absolvido.

Apontado pelo Ministério Público do Rio como operador do esquema, Queiroz teve seu sigilo bancário quebrado no período de 2007 a 2018. Até a quebra do sigilo do ex-assessor, sabia-se de repasses que somavam R\$ 24 mil para a mulher do presidente.

Em entrevistas após a divulgação do caso, Bolsonaro disse que Queiroz repassou a Michelle dez cheques de R\$ 4.000 para quitar uma dívida de R\$ 40 mil que tinha com ele (essa dívida não foi declarada no Imposto de Renda). Também afirmou que os recursos foram para a conta de sua mulher porque ele "não tem tempo de sair".

Entre 2007 e 2018, porém, não há depósitos de Jair Bolsonaro na conta do ex-assessor que comprovem o empréstimo alegado. Assim, se o empréstimo ocorreu depois de 2007, foi feito em espécie.

Segundo reportagem da revista Crusoe, os cheques de Queiroz que caíram na conta de Michelle somavam R\$ 72 mil, e não os R\$ 24 mil até então conhecidos nem os R\$ 40 mil ditos pelo presidente.

A Folha confirmou as informações obtidas pela revista e apurou que o repasse foi ainda maior. Queiroz depositou 21 cheques na conta de Michelle de 2011 a 2016, no total de R\$ 72 mil.

De outubro de 2011 a abril de 2013, o ex-assessor repassou R\$ 36 mil à primeira-dama, em 12 cheques de R\$ 3.000. Depois, de abril a dezembro de 2016, Queiroz depositou mais R\$ 36 mil em nove cheques de R\$ 4.000.

A reportagem também apurou que a mulher de Queiroz, Márcia Aguiar, repassou para Michelle Bolsonaro R\$ 17 mil de janeiro a junho de 2011. Foram cinco cheques de R\$ 3.000 e um de R\$ 2.000.

Assim, no total, Queiroz e Márcia depositaram R\$ 89 mil para primeira-dama de 2011 a 2016, em um total de 27 movimentações.

Queiroz foi preso em junho em Atibaia (SP), em imóvel do advogado Frederick Wassef, então responsável pelas defesas de Flávio e do presidente.

Em 10 de julho, deixou o Complexo Penitenciário de Geració, no Rio, para cumprir prisão domiciliar. Aliado



Fabrício Queiroz e Jair Bolsonaro em foto de pescaria que o ex-assessor de Flávio postou em janeiro de 2013. *Fabrício Queiroz no Instagram*

“**“**
O Queiroz pagava conta minha também. Ele era de confiança. Está com esse processo agora. Desde que estourou o processo eu não tenho conversado com ele. Agora, ele está sendo injustiçado também, por quê?

Aquele cheque do Queiroz, ao longo de dez anos, foram para mim. Não foram para ela [sua mulher, Michelle]. Divide aí, Datena, R\$ 89 mil por dez anos. Dá em torno de R\$ 750 por mês. Isso é propina? Pelo amor de Deus

Jair Bolsonaro
no programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes

de Bolsonaro, o então presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), João Otávio de Noronha, concedeu o benefício a pedido da defesa.

Abin admite reunião com defesa de Flávio, mas nega relatórios

Marcelo Rocha e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O diretor geral da Abin, Alexandre Ramage, afirmou ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça-feira que o órgão não produziu relatórios para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro no caso da "rachadinha".

Ramage admitiu que houve uma reunião com a defesa do parlamentar, mas disse que o encontro não gerou nenhum ato formal subsequente do governo que justificasse ação judicial.

Tanto o diretor da agência quanto o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, prestaram esclarecimentos ao Supremo. Ambos defenderam que o tribunal deve notificar o jornalista Guilherme Amado, que noticiou o caso na revista Época, para que ele apresente os relatórios mencionados.

"Encareço ao STF a citação do jornalista que detém os

dados do suposto documento produzido pela Abin para que forneça os relatórios citados a fim de que seja possível a adoção das eventuais medidas cabíveis", solicitou Ramage.

Os dois também sustentaram que a reunião com a defesa de Flávio não foi ilegal, pois compete ao GSI e à Abin zelar pela segurança do presidente e de seus familiares.

Os esclarecimentos foram prestados depois que a ministra Cármen Lúcia deu 24 horas para Ramage e Augusto Heleno (GSI) explicarem a suposta existência de relatórios elaborados pela agência para a defesa de Flávio.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, por sua vez, classificou como "grave" a suspeita de que órgãos públicos tenham trabalhado para auxiliar o filho do presidente em causas judiciais.

O PGR disse nesta terça que também pediu informações ao GSI e à Abin dentro de apuração preliminar do Ministério Público Federal, tecnicamente chamada de notícia de fato.

"O fato é grave", afirmou o procurador-geral. "O que não temos é prova desses fatos. Para que [a notícia de fato] seja convertida em inquérito, é preciso ter elementos judiciais", completou Aras.

"Nós não trabalhamos com narrativas. Nós trabalhamos com fatos e provas, por enquanto temos fatos transmitidos pela imprensa", disse Aras

em conversa com jornalistas.

Segundo a revista Época, um dos relatórios produzidos para ajudar o parlamentar a ser absolvido deixava claro o seu objetivo: "Defender FB no caso Alerj demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB". FB é Flávio Bolsonaro, e Alerj, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Advogados de Flávio querem provar que o caso das "rachadinhas" foi iniciado por causa de ações ilegais da Receita. A Abin então teria emitido os relatórios para ajudar os advogados a comprovarem isso.

Nesta terça, Aras relatou que recebeu uma representação de parlamentares de oposição sobre o tema, mas que a documentação não ofereceu elementos mais concretos. "Eu esperava que os parlamentares fornecessem os documentos", disse.

"Estas representações [dos parlamentares] não trazem elementos materiais, trazem apenas notícias de jornal. O que significa dizer que o Ministério Público vai ter que fazer a investigação porque é evidente que, se a sociedade, se os representantes do povo podem nos fornecer elementos, o jornalista também pode."

O procurador-geral explicou que a investigação tentará esclarecer se a Abin foi usada para auxiliar Flávio, o que neste caso configuraria a responsabilidade de seu diretor geral, ou se foi uma iniciativa de servidores do órgão.

Segundo o site The Intercept Brasil, a produção do suposto relatório pode ter partido de um policial federal cedido à Abin, conhecido internamente como um bolsanarista entusiasmado nas redes sociais.

Em abril, durante reunião ministerial, Bolsonaro já havia dado pistas sobre uma suposta rede particular de informações em órgãos oficiais do governo, como a Abin.

"Se reunindo de madrugada pra lá, pra cá. Sistemas de informações: o meu funciona", afirmou Bolsonaro. "O meu, particular, funciona", continuou o presidente, que não foi claro sobre o que seria esse sistema privado.

A ministra Cármen Lúcia afirmou que os fatos narrados são "graves" e que o STF tem jurisprudência clara que proíbe uso de órgãos públicos para fins particulares.

Como também revelado pela revista Época em outubro, a defesa de Flávio acionou o GSI e outros órgãos federais, com autorização do presidente, para obter provas que possam anular as investigações.

O acionamento do GSI foi confirmado pela própria defesa, que afirmou se tratar de "suspeitas de irregularidades das informações" nos relatórios do Coaf, órgão de inteligência financeira, que originaram a investigação contra o filho do presidente.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021 **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2020 A15

mercado

Governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021

Apesar de não reconhecer repique da pandemia, ministério monta plano de ação contra impactos da Covid na economia

Bernardo Caram

BRASÍLIA. O governo Jair Bolsonaro (sem partido) prepara uma nova rodada do programa de saque emergencial do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em 2021. A medida integra um plano de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A ação em estudo pode ser adotada com outras iniciativas. A meta é injetar dinheiro na economia.

Embora Bolsonaro fale em "finalzinho de pandemia" e o governo não reconheça a chegada de um novo surto de Covid-19, o Ministério da Economia está elaborando um cardápio de medidas que poderão ser acionadas a depender da intensidade das crises sanitária e econômica no país.

Nos estudos do plano de contingência, a pasta está fazendo desenhos para os mais diversos cenários.

Entre as possibilidades, está prevista a hipótese mais grave, com risco de piora da pandemia e nova decretação de estado de calamidade. A ideia é rejeitada oficialmente, mas já tem apoio de técnicos, como mostra a Folha.

Para todos os cenários avaliados, o plano prevê que as ações iniciais não terão impacto nas contas públicas.

As primeiras a serem acionadas devem ser as antecipações do 13º benefício, das férias e do abono salarial — espécie de 14º pagamento para trabalhadores formais que recebem até dois salários mínimos.

O anúncio das medidas não será feito de imediato. A equipe econômica tem a avaliação de que ações implementadas neste ano ainda terão efeito no início de 2021. Isso daria uma cobertura para a economia até meados de fevereiro.

No auxílio emergencial, por exemplo, parte dos beneficiários ainda receberá parcelas residuais. Os programas de crédito também seguem com efeito no próximo ano.

A ideia, segundo fontes, é avaliar os cenários após a virada do ano, com possibilidade de anúncio de medidas a partir do final de janeiro.

Um membro da equipe econômica afirmou a Folha que há margem de recursos no FGTS para permitir uma nova rodada de retiradas. A medida não comprometeria a sustentabilidade do fundo.

Nesse caso, a ação seria voltada, principalmente, à clas-

se média. No programa de saques deste ano, os mais pobres resgataram boa parte dos valores disponíveis nas contas e não conseguiram acumular saldo relevante.

O saque mais recente desse tipo foi liberado em abril deste ano, até outubro, o saldo foi negativo em R\$ 7 bilhões. Assim como foi feito em 2020, a equipe econômica não pretende anunciar um grande pacote unificado de medidas no próximo ano. As iniciativas devem ser apresentadas em fases, enquanto o governo avalia a necessidade de adotar novas ações.

Segundo um membro do Ministério da Economia, o diagnóstico da pasta não considera especificamente o número de casos da doença, e sim a taxa de distanciamento social.

Segundo essa fonte, se o índice de distanciamento em 2021 ficar perto do patamar observado agora, a tendência é que sejam acionadas apenas as medidas sem efeito fiscal. Entre elas, estariam antecipações de benefícios, citadas por Paulo Guedes em videoconferência na semana passada, e o saque do FGTS.

Caso o distanciamento social volte a um patamar semelhante ao de maio, período com o índice mais alto, deve ser necessário implementar medidas com custo aos cofres públicos.

Esse cenário é considerado improvável na pasta. Entre as ações colocadas em prática neste ano que tiveram impacto fiscal, a principal foi o auxílio emergencial a trabalhadores informais, com custo de R\$ 20 bilhões.

Os beneficiários receberam inicialmente R\$ 600 e depois o auxílio foi reduzido a R\$ 500. O governo é contra novas concessões do programa em 2021. Guedes afirmou a interlocutores que o país pode entrar em uma espécie de caos econômico se os agentes de mercado acharem que o governo vai aumentar gastos e não está comprometido com o controle da dívida pública.

Para ele, uma nova abertura dos cofres do Tesouro deve derrubar a confiança dos investidores no Brasil. Isso levaria a uma elevação dos juros e da inflação, além de uma ampliação do desemprego.

Apesar de não ter custo imediato da cobrança de impostos, adotado neste ano, ainda está no fim da fila de medidas estudadas pela equipe econômica para 2021.

Governo trabalha com diferentes cenários

O plano de contingência elaborado pelo Ministério da Economia para 2021 traz cenários que variam do controle da pandemia até uma segunda onda com aumento na taxa de distanciamento social. Medidas adotadas dependerão do cenário que se concretizar.

Primeiras medidas que podem ser adotadas, sem impacto fiscal

• Antecipação dos pagamentos de 13º de aposentados

• Antecipação do abono salarial

• Saque emergencial do FGTS de tributos

Ações que estão fora dos planos do governo, no momento

• Adiantamento da cobrança de tributos

• Programa que permite suspensão de contrato e corte de jornada e salário de trabalhadores, com compensação financeira parcial pelo governo

Medidas que podem ser adotadas no pior cenário, considerado improvável pelo governo

• Plano prevê ações que geram custo fiscal se pandemia se agravar

• Esse cenário pode incluir nova decretação de calamidade pública

• Nesse caso, o programa que autoriza corte de jornada e salário poderia ser retomado

• Haveria necessidade de novos aportes para linhas emergenciais de crédito

• Governo considera improvável o cenário mais crítico e evita falar em possibilidade de pagar novas parcelas do auxílio emergencial

Membros da pasta afirmam que a atividade econômica e a arrecadação tributária estão em processo de recuperação. Por isso, não faria sentido promover um novo diferimento de impostos no início de 2021, avaliam.

O programa que permitiu o corte de jornadas e salários de trabalhadores, com o pagamento de um salário mínimo, não deve ser prorrogado. A ideia de uma compensação parcial pelo governo, não deve ser prorrogada.

À esquerda da medida, celebrada por Guedes, só seria possível se fosse renovado o decreto de calamidade, o que não está no plano do governo. Sem esse artifício, para reduzir o custo do trabalho e estimular contratações, Guedes insiste na ideia de desonerar encargos salariais após a criação de um imposto sobre transações financeiras, ideia que foi interditada por Bolsonaro e líderes partidários.

A proposta deve voltar à mesa de negociação depois que a presidência da Câmara for desocupada pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos maiores opositores da proposta.

A avaliação foi publicada na ata da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) nesta terça-feira (15).

"Os programas governamentais de recomposição de renda têm permitido uma retomada relativamente forte do consumo de bens duráveis e do investimento. Entretanto, os dados recentes continuam a refletir uma recuperação desigual da atividade econômica", diz o texto.

"A pouca previsibilidade associada à evolução da pandemia e ao necessário ajuste dos gastos públicos a partir de 2021 aumenta a incerteza sobre a continuidade da retomada da atividade econômica. O Comitê ponderou que os riscos associados à evolução da pandemia podem implicar

um cenário doméstico caracterizado por uma retomada ainda mais gradual", avaliou.

Na quarta-feira (9), o Copom manteve a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2% ao ano. A definição ocorreu em meio à pressão inflacionária, especialmente com a alta nos preços de alimentos e combustíveis.

O BC reforçou que considera que o choque na inflação é temporário, mas afirmou que segue monitorando sua evolução com atenção.

A Selic é o principal instrumento do BC para controle da inflação. Quando o índice está alto, o BC sobe juros, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

O comitê sinalizou que deve manter a taxa no mesmo patamar na próxima reunião, mas, com a aceleração nos preços, anunciou que abrirá em breve o compromisso de não subir juros.

Nas últimas decisões, o BC adotou um instrumento adicional de política monetária, chamado de "forward guidance", ou prescrição futura. Nele, o Copom afirma ao mercado de que não subirá juros a menos que as expectativas de inflação sejam elevadas acima da meta ou que o regime fiscal seja alterado.

Como o comitê tem a avaliação de que a Selic está próxima do seu limite mínimo, o BC teve que recorrer ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de juros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros.

A autoridade monetária, no entanto, reafirmou que a retirada do forward guidance não significa necessariamente que haverá aumento automático de juros.

"A manutenção desse cenário de convergência da inflação sugere que, em breve, as condições para a manutenção do forward guidance podem não mais ser satisfeitas, o que não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros, pois a conjuntura econômica continua a apresentar estímulo extraordinariamente elevado (juros baixos) ante incertezas quanto à evolução da atividade econômica", ressaltou a ata.

Com maior tendência a subir juros no próximo ano, o país pode atrair mais capital estrangeiro, fazendo com que o real se valorize e o dólar caia.

FACULDADE
FIEP/CAF

Guedes perdeu comando da agenda emergencial, diz Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o ministro Paulo Guedes (Economia) perdeu o comando do processo de promover uma agenda emergencial para trazer equilíbrio fiscal ao país e se tornou minoritário no governo. Na sexta (11), o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC Emergencial, que trata mecanismos de ajuste fiscal, desistiu de apresentar o texto neste ano. O presidente da Câmara considerava a PEC essencial para votar o Orçamento de 2021. Para Maia, o governo desistiu de tentar equilibrar a situação fiscal do país, e isso vai gerar uma pressão forte nos primeiros meses do próximo ano. "Acho que o governo perdeu a vontade ou o apetite, e infelizmente o ministro da Economia perdeu o comando desse processo político dentro do governo, passou a ser minoritário e não consegue avançar com essa agenda que foi chamada de emergencial em 2019".



Arrecadação líquida do FGTS. Arrecadação menos retiradas, em R\$ bil. Foi o volume liberado para o saque emergencial de 2020. Cada trabalhador pode retirar até R\$ 1,045. *Na outubro. Fonte: Ministério da Economia

Vacinar população é mais barato que prolongar auxílio, diz BC

BRASÍLIA. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou, nesta terça (15), que vacinar a população é mais barato que prorrogar os programas emergenciais do governo de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Segundo ele, não há espaço fiscal para prolongar os gastos públicos. "Há um foco nas vacinas, em quem vai conseguir antes e a logística, o mercado está focado nisso também", disse no evento virtual GZero LatAm Forum 2020, promovido pela Eurasia Group e transmitido pela B3.

O presidente do BC afirmou que não há espaço fiscal para prolongar gastos públicos. "Então as emergências ficam melhores, mas estamos mais próximos de uma queda da atividade econômica, antes era de 2%, agora está entre 4% e 4,4%. Quando observamos a

dívida pública e o risco, nos perguntamos, vale a pena?", questionou Campos Neto.

Segundo ele, os gastos com a pandemia foram necessários, mas é necessário passar a mensagem ao mercado de que há intenção de retorno a sustentabilidade fiscal, ou haverá piora no perfil da dívida. Larissa Garcia

Bolsonaro descarta mais benefício e quer reforçar Bolsa Família

BRASÍLIA. Durante o presidente Jair Bolsonaro disse que não haverá prorrogação do auxílio emergencial e nem a criação de um novo programa de distribuição de renda e afirmou que a ideia é "aumentar um pouquinho" o Bolsa Família.

O presidente aproveitou para dizer que o auxílio pago a

vulneráveis por causa da crise provocada pela Covid-19 tem caráter emergencial e argumentou que o país possui uma capacidade de endividamento e não pode-se "dessequestrar".

"Quem falar em Renda Brasil ou dar cartão vermelho, não tem mais conversa", disse Bolsonaro em entrevista ao apresentador José Luiz Datena, da TV Band, em referência ao programa que o governo tinha a intenção de criar para substituir o Bolsa Família.

"Auxílio é emergencial, o próprio nome diz, e emergencial não podemos ficar sinalizando em prorrogar e prorrogar e prorrogar", disse o presidente, acrescentando que "acaba agora em dezembro".

Apesar de não ter sido claro que o foco estará no Bolsa Família, Bolsonaro afirmou que tem falado para a equipe econômica: "Vamos tentar aumentar um pouquinho esse apoio".

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Pedro Lobato - 17 Jun 20, P/Rep/Agência

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** DF
Título: Ministério de Economia eleva previsão de rombo em 2021 para R\$ 247 bi **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

Ministério de Economia eleva previsão de rombo em 2021 para R\$ 247 bi

Na semana passada, equipe de Guedes trabalhava com perspectiva de déficit do governo de R\$ 230 bi; meta fixa foi exigência do TCU

Thiago Resende

BRASÍLIA O Ministério da Economia elevou para R\$ 247,1 bilhões a projeção de rombo primário (que não inclui a conta de juros) do governo em 2021.

Na semana passada, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) previa que o déficit seria próximo de R\$ 230 bilhões no próximo ano. Esse valor era semelhante ao patamar de R\$ 233 bilhões estimado na apresentação da proposta de Orçamento de 2021, no fim de agosto.

Nesta terça (15), porém, o governo enviou ao Congresso Nacional um ofício pedindo um ajuste ao projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021. No documento, Guedes quer que a meta fiscal seja um valor fixo, e não flexível, como chegou a propor em abril.

Além disso, a pasta ampliou a estimativa de rombo.

Antes da pandemia, a meta deste ano era de R\$ 124,1 bilhões de déficit.

Em abril, o Ministério da Economia anunciou que a meta para 2021 seria flexível e teria como âncora apenas as estimativas definidas no teto de gastos, regra que limitou o crescimento das despesas públicas à variação da inflação. Esse valor seria descontado das receitas projetadas para o ano pelo governo.

Após pressão do TCU (Tribunal de Contas da União), o governo desistiu de estabelecer esse mecanismo, que, na prática, livraria o governo da necessidade de cortar gastos de ministérios em caso de perda de arrecadação.

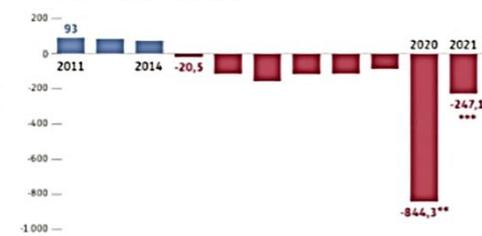
No fim de outubro, o TCU emitiu um alerta ao governo, no qual afirmou que a não definição de uma meta fixa afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Guedes planejava manter o mecanismo mesmo assim, mas recuou após uma escalada de tensões com o órgão de controle.

Ao Congresso a equipe econômica afirmou que a meta fixa "sempre foi a opção adequada, porém, em abril, não foi possível adotá-la" por causa da crise. "Neste momento, no entanto, o cenário para 2021 está mais previsível e permite retorno a prática tradicional da meta nominal fixa", concluiu.

A LDO deve ser votada nesta quarta-feira (16) em sessão

Governo terá em 2021 o oitavo ano seguido no vermelho

Resultados primários do governo central, em R\$ bi*



*Valores correntes. **Previsão oficial. ***Meta a ser enviada ao Congresso (valor aproximado).
Fonte: Ministério da Economia

R\$ 247,1 bilhões

é a meta de déficit primário do governo central (Tesouro, Banco Central e INSS)

R\$ 250,9 bilhões

é a meta de déficit para o setor público consolidado (que inclui estatais federais, estados e municípios)

do Congresso. Sem a aprovação dessa lei, o governo pode ficar sem autorização para realizar qualquer despesa, mesmo as obrigatórias, como salários e aposentadorias.

Considerando todo o setor público, a meta de déficit fiscal aumenta para R\$ 250,9 bilhões. A cifra leva em conta o resultado das estatais federais (rombo de R\$ 3,97 bilhões) e dos estados e municípios (leve superávit de R\$ 0,2 bilhão).

Para 2022, a projeção é que as contas do governo federal também fechem no vermelho, mas com rombo menor, de R\$ 178,9 bilhões. No caso de todo o setor público, a estimativa é de R\$ 177,9 bilhões. A tendência, diz o Ministério da Economia, é que o déficit continue caindo em 2023, quando deve ser de R\$ 150,1 bilhões, para o governo federal, e de R\$ 148,9 bilhões, para todo o setor público.

Com isso, Guedes espera que a dívida bruta fique próxima de 95% do PIB nos próximos três anos.

Para o Ministério da Economia, isso significa que, apesar do teto de gastos e da reforma da Previdência, "a continuidade da implementação da agenda de reformas estruturais mostra-se fundamental para um ajuste fiscal mais vigoroso, que efetivamente venha a consolidar uma trajetória de sustentabilidade de médio e longo prazo nas contas do governo federal".

Na lista figuram as reformas tributária e administrativa (que reformula o serviço público no país), a venda de estatais e o aumento da liberalização comercial.

No caso das privatizações, o Ministério da Economia divulgou, no início do mês, cronograma no qual prevê se desfazer de nove empresas federais em 2021. Entre elas, Correios e Eletrobras.

O ministério também prevê leilões ou avanço no processo de outros 126 ativos no ano que vem (como concessões de aeroportos, rodovias, portos e até florestas), o que levantaria, ao todo, R\$ 367 bilhões em investimentos.

Em relação à previsão de gastos em 2021, a pasta reforça que ainda precisará incluir despesas autorizadas em 2020 no combate aos efeitos da pandemia, mas que só serão pagas no próximo ano.

Além disso, o Ministério da Economia não descarta a possibilidade de novos créditos extraordinários (verba fora do teto de gastos) para enfrentar a Covid-19 em 2021.

O governo sugeriu ainda ao Congresso uma mudança no projeto da LDO para que, ao contabilizar a despesa com pessoal no próximo ano, também sejam incluídos os gastos de contratos por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e contratos de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando ambos os casos caracterizarem substituição de servidor.

Segundo as regras previstas na proposta, essa substituição de servidor pode ser feita para atividades que envolvam tomada de decisão, planejamento, coordenação e supervisão, ou seja, funções estratégicas.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 16/12/20 - **Cidade/UF:** SP
Título: Países ricos reservam 51% das vacinas, mas têm 14% da população **Impacto:** Neutro

Países ricos reservam 51% das vacinas, mas têm 14% da população

Acordos com farmacêuticas ignoram orientação da OMS, que preconiza igualdade mundial no acesso à imunização

Ana Bottallo

SÃO PAULO Em meio à corrida por uma vacina contra a Covid-19, países como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá saíram à frente e começaram a vacinar suas populações.

A escolhida por todos até agora é a vacina Pfizer/BioNTech, primeira a divulgar resultados de eficácia e a obter registro de uma agência regulatória seguindo os protocolos usuais. Outros países, como Rússia e China, começaram a vacinação emergencial de parte de suas populações, com vacinas ainda em estudo.

Países que fecharam acordos com as principais farmacêuticas aguardam agora a conclusão dos ensaios de fase 3 e registro das vacinas em suas agências regulatórias.

Mas segundo artigo publicado nesta terça-feira (15) na revista científica BMJ, pelo menos um quarto da população mundial, ou 2 bilhões de pessoas, não deve receber a vacina antes de 2022.

O estudo de pesquisadores da Universidade Johns Hopkins (EUA), avaliou as compras de doses de 13 das principais produtoras de vacinas até 15 de novembro.

Segundo eles, já foram feitas compras equivalentes a 7,48 bilhões de doses, suficientes para imunizar cerca de 3,8 bilhões de pessoas — considerando que as principais vacinas usam duas doses para imunização total.

Do total, cerca de 51% foi reservado por países ricos, incluindo os EUA e toda a União Europeia, que detêm cerca de 14% da população mundial.

O restante deve ser distribuído a países de renda média e baixa, que representam 85% da população mundial.

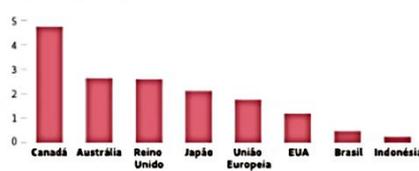
Os EUA compraram 800 milhões de doses, 2,5 doses por pessoa, e é o país com mais casos no mundo — um quinto do total de casos global.

Já Japão, Austrália e Canadá reservaram, juntos, 1,03 bilhão de doses, embora somados tenham menos de 1% do total de casos do mundo.

O Brasil tem acordos para, até agora, 142,9 milhões de doses, sendo 100,4 milhões pelo acordo com a Universidade de Oxford/AstraZeneca e

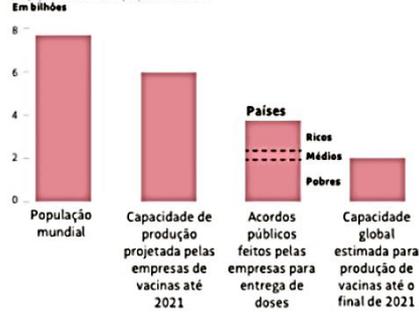
Como as vacinas da Covid-19 têm sido distribuídas no mundo

Acordos feitos para compras de doses de vacinas contra Covid-19, per capita*



Capacidade de fabricação das principais farmacêuticas até o final de 2021

Projeção com base nos próprios anúncios



Doses remanescentes das principais empresas de vacinas para 2021



*São consideradas duas doses de vacinas para a imunização de uma pessoa, com exceção da CanSino, que utiliza dose única. Os acordos da União Europeia incluem as doses reservadas para os países membros do grupo e também para a Aliança para a Inclusão de Vacinas Europeia **A produção estimada da Sinovac e CanSino foram combinadas para representar a produção total da China divulgada publicamente. A capacidade de produção individual de cada fábrica não foi divulgada

mais 42,5 milhões pelo consórcio Covax Facility, da OMS (Organização Mundial da Saúde). Mais 160 milhões devem ser produzidas pela Fiocruz no segundo semestre de 2021.

O país negocia com a Pfizer/BioNTech a compra de mais 70 milhões de doses. Não foram incluídas na conta do Ministério da Saúde as 46 milhões de doses do acordo entre o governo de São Paulo, por meio do Instituto Butantan, com a fabricante chinesa Sinovac, mas o artigo somou as doses da Sinovac à conta do Brasil.

Os países de renda média e baixa são os que têm a menor quantidade de doses reservadas per capita e devem ficar atrás na fila por uma vacina, dizem os pesquisadores. "Mesmo a OMS não conseguiu ainda juntar os US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 25 bilhões) necessários para garantir doses suficientes aos países assinantes do Covax", afirma Anthony So, autor principal do estudo e pesquisador do Instituto de Saúde Internacional da Universidade Johns Hopkins.

Dos 189 países do consórcio, 97 entraram com recursos para apoiar o consórcio, como o Brasil. "O problema são os 92 países de renda média e baixa que estão contando com o dinheiro arrecadado pela OMS para ter acesso às vacinas. O objetivo da Covax de disponibilizar pelo menos 2 bilhões de doses até o final de 2021 pode estar comprometido", diz.

Assim, esses países podem ter de 60% a 40% da sua população sem receber doses ainda em 2021, no cenário mais pessimista, caso os países ricos aumentem os pedidos já feitos às empresas, e também no cenário mais otimista, onde esses mesmos países que detêm os maiores acordos disponibilizassem as doses remanescentes ao Covax.

Há, no entanto, pelo menos seis companhias que fecharam acordos com países de baixa renda. A AstraZeneca/Oxford lidera, com mais de 2 bilhões de doses já reservadas.

A farmacêutica fechou parcerias em países como Índia e Rússia para disponibilizar doses aos que não puderam celebrar acordos individuais.

O Instituto Gamaleya desenvolve sua vacina Sputnik V em parceria com o Fundo Russo de Investimento Direto, e já fechou acordos para a distribuição de 349 milhões de doses fora da Rússia. Um desses países é o Brasil, mas os acordos, feitos com os governadores dos estados da Bahia e do Paraná, estão parados.

A China é a terceira nação a contribuir com mais doses aos países de baixa renda. Cerca de 135 milhões de doses das fabricantes CanSino e Sinovac serão distribuídas a países como Brasil, México, Indonésia e Chile.

Outro dado importante citado no estudo é a quantidade

de candidatas a vacina em que cada país apostou. Países ricos como EUA, Canadá, Reino Unido e União Europeia fecharam acordos com pelo menos seis fabricantes, Japão e Austrália com quatro e o Chile com três. O Brasil apostou só em uma vacina até agora, a da AstraZeneca/Oxford.

A disparidade entre as aquisições feitas por países ricos se reflete também nas apostas das tecnologias. Enquanto países como EUA, Canadá e Reino Unido apostaram em vacinas de todos os tipos, incluindo as de RNA, mais caras (o preço unitário da dose da vacina da Moderna é de US\$ 37 e da Pfizer US\$ 19,50, ou cerca de R\$ 185 e R\$ 97,50, respectivamente), países de renda média e baixa não conseguiram comprar essas vacinas, e fecharam acordos, principalmente, com a AstraZeneca, cujo preço unitário da dose varia de US\$ 3 a US\$ 4 (cerca de R\$ 15 a R\$ 20).

Os autores reconhecem que o estudo tem limitações, como o fato de os contratos não serem públicos e de não poderem garantir que as doses serão entregues, mas mostram um retrato da corrida das vacinas, evidenciando como os países ricos saíram à frente, deixando os demais com acesso incerto às imunizações.

"É possível que muitas das candidatas a vacina ainda não passem da fase 3, e outras opções, mais em conta, surjam no decorrer do tempo. Mas uma resposta efetiva à pandemia que já levou 1,6 milhão de vidas irá necessitar maior esforço e comprometimento, especialmente dos países ricos, para garantir uma distribuição da vacina equitativa e justa a todos os países", concluem os autores.

Brasil volta a registrar mais de 900 mortes diárias por Covid-19

SÃO PAULO O Brasil registrou 915 mortes pela Covid-19 e 44.849 novos casos da doença, nesta terça (15). Com isso, o país chegou a 182.854 óbitos e a 6.974.258 de pessoas infectadas pelo novo coronavírus desde o início da pandemia.

Trata-se do maior registro de mortes desde 12 de novembro, quando os dados sofriram com oscilações e repesamento, devido a problemas no sistema do Ministério da Saúde após um ataque cibernético.

Um número tão alto de mortes não era registrado desde 16 de outubro, com 967 óbitos. De acordo com os dados coletados até as 20h, a média de mortes nos últimos sete dias é de 667, aumento de 27% em relação a 14 dias atrás.

Os dados são do consórcio entre Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1.

Clippings

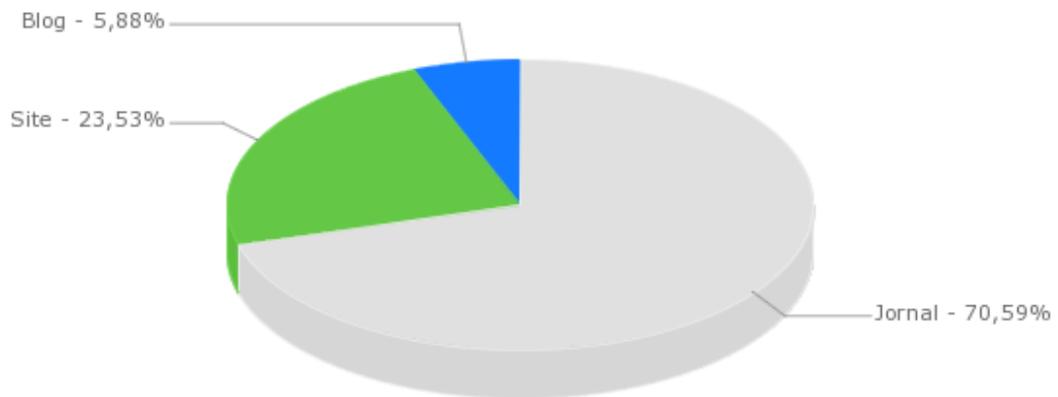
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/12/20	Blog do FM	Blog		RN	Sesc RN apresenta projeto nacional Identidades Brasilis	Positivo	Matéria		B			
15/12/20	G1 RN	Site		RN	Primeira hidrelétrica do RN é ativada na barragem Armando Ribeiro Gonçalves	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	G1 RN	Site		RN	Prefeitura oferece desconto de 16% para contribuinte que pagar antecipadamente IPTU 2021 em Natal	Neutro	Matéria		A			
15/12/20	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Como escolher a escola do seu filho?	Neutro	Matéria		B			
15/12/20	Jornal O Mossoroense	Site	Mossoró	RN	Azul volta a operar em Mossoró em março de 2021	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Câmara aprova aval para empréstimos aos Estados	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Com inflação, governo prevê mínimo em R\$ 1.088	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Preço de acesso à UPNG sai este mês	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Maxxi Atacado abre amanhã a primeira loja em Natal	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Vacina chegará cindo dias após registro da Anvisa	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Natal perde 56% da água distribuída	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Regras mais brandas para Estados	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Campos Neto: vacina é mais barata que auxílio	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Queiroz pagava minhas contas e está sendo injustiçado, afirma Bolsonaro	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo prepara nova rodada de saque emergencial do FGTS em 2021	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Ministério de Economia eleva previsão de rombo em 2021 para R\$ 247 bi	Neutro	Matéria		A			
16/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Países ricos reservam 51% das vacinas, mas	Neutro	Matéria		A			



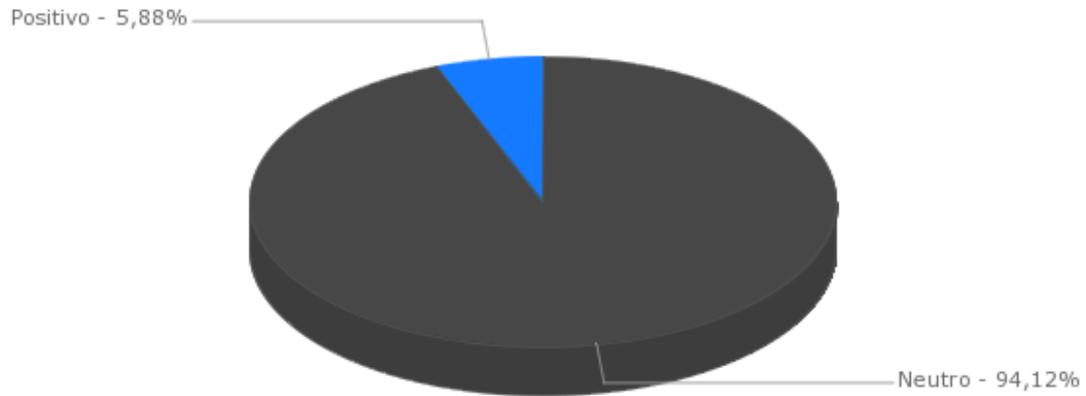
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					têm 14% da população							
Qtde.: 17												

Clippings por Tipo de Mídia



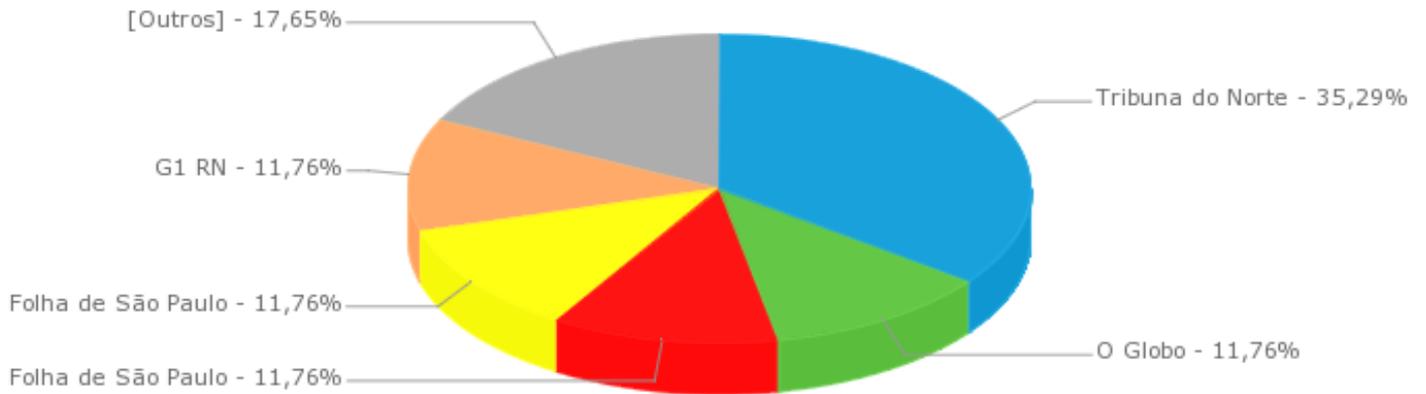
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	12	70,59 %
Site	4	23,53 %
Blog	1	5,88 %
		Total: 17

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	94,12 %
Positivo	1	5,88 %
		Total: 17

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Jornal	6	35,29 %
O Globo	Jornal	2	11,76 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	11,76 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	11,76 %
G1 RN	Site	2	11,76 %
NoMinuto.com	Site	1	5,88 %
Jornal O Mossoroense	Site	1	5,88 %
Blog do FM	Blog	1	5,88 %
Total:			17

